



**DIAGNÓSTICO
SITUACIONAL
DO TRABALHO
INFANTIL**
Candeias - Bahia - Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL D CANDEIAS
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL

**Análise da aplicação dos Direitos fundamentados
no ECA, na cidade de Candeias - BA**



DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL

Análise da aplicação dos Direitos fundamentados no ECA, na cidade de Candeias - BA

**Candeias, BA
2023**

Os dados apresentados e sua interpretação foram coletados pela empresa Mana Pinho & Associados, a partir dos registros secundários nas base de dados dos equipamentos no município, Conselho Tutelar, e dos demais órgãos que compõe o Sistema de Garantia de Direitos do município de Candeias e outras fontes. Os dados, figuras, gráficos, tabelas, cartogramas, quadros e as interpretações apresentadas neste diagnóstico podem ser reproduzidos para fins educacionais e de pesquisa, desde que citada a fonte. Vedada a sua comercialização, nos termos da Lei nº 9.610/98 de Direitos Autorais do Brasil.



Realização:

Prefeitura Municipal de Candeias
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Pitágoras Alves da Silva Ibiapina
Prefeito

Gilvanei Pereira
Secretário Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

**Comissão responsável pela Coordenação da Elaboração do Diagnóstico
Portaria SEDAS 016/2022:**

Ligia Sousa da Cruz - Matrícula 102503
Adeildes de Santana Barroso – Matrícula 133685
Fernanda Sales dos Santos – Matrícula 141554

Execução: Mana Pinho & Associados Ltda.
CNPJ:09.355.746/0001-92

Coordenação-Geral: Mana Pinho

Consultoria técnica: Manoelita Alice Oliveira de Pinho (Mana Pinho)

Revisão de dados: Margarida Jambeiro

Site:

<https://trabalhoinfantilcandeiasba.com.br/>

2023 - Diagnóstico da Situação do Trabalho Infantil do município de Candeias / Análise da situação dos Direitos da Criança e do Adolescente em Candeias / Violação de Direitos / Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA / Mana Pinho & Associados; Manoelita Alice Oliveira de Pinho (Mana Pinho); Margarida Jambeiro; Candeias – BA.



**DIAGNÓSTICO
SITUACIONAL
DO TRABALHO
INFANTIL**
Candeias - Bahia - Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL D CANDEIAS
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL

**Análise da aplicação dos Direitos fundamentados
no ECA, na cidade de Candeias - BA**



**DIAGNÓSTICO
SITUACIONAL
DO TRABALHO
INFANTIL**
Candeias - Bahia - Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL D CANDEIAS
ESTADO DA BAHIA
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL**



AGRADECIMENTOS

Aos membros dos Conselhos Municipais, aos servidores e colaboradores, aos componentes do Sistema de Garantia de Direitos do município de Candeias.

Aos integrantes da Comissão Especial responsável pela coordenação da elaboração, acompanhamento e produção do Diagnóstico.

Aos dirigentes das instituições das Organizações da Sociedade Civil, das instituições de Conselho Tutelar.



LISTA DE SIGLAS

AEPETI -	Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
APAE -	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CMDCA –	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA -	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS –	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS –	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DATASUS -	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
ECA –	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIA –	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB –	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDI –	Índice de Desenvolvimento Infantil do Fundo das Nações Unidas para a Infância
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA –	Liberdade Assistida
LDB –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS –	Lei Orgânica da Assistência Social
ODM -	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PAEFI -	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PMA -	Plano Municipal de Assistência Social
PME –	Plano Municipal de Educação
PMS -	Plano Municipal de Saúde
PNAIC –	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSC –	Prestação de Serviço à Comunidade
PSE –	Programa Saúde na Escola
RAF –	Relatório de Acompanhamento Físico
RMA –	Relatório de Monitoramento de Atendimento
SEDES –	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SUAS -	Sistema Único da Assistência Social
UNICEF -	Fundo das Nações Unidas para a Infância



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Dados Populacionais.....	18
Tabela 2 População por Gênero e Localidade.....	18
Tabela 3 Estrutura Etária da População do Município.....	20
Tabela 4 Índices de dependência e envelhecimento.....	20
Tabela 5 Característica da População 0-19 anos.....	21
Tabela 6 Crianças e adolescentes quanto a faixa etária e sexo.....	21
Tabela 7 População de 10 anos ou mais ocupados por cor.....	22
Tabela 8 Índice de Desenvolvimento Humano.....	23
Tabela 9 Trabalho e rendimento.....	24
Tabela 10 Ocupação da População	24/25
Tabela 11 Nível das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade.....	25
Tabela 12 PIB 2020.....	25/26
Tabela 13 Renda, Pobreza e desigualdade.....	26
Tabela 14 População extremamente pobreza até 17 anos.....	26
Tabela 15 População crianças/adultos pobres e extremamente pobres.....	27
Tabela 16 Quantidade de beneficiários Prog Bolsa Família – Set/2023.....	28
Tabela 17 Grupos populacionais tradicionais e específicos.....	28
Tabela 18 Acompanhamento condicionalidades educação- 04 a 17anos...	29
Tabela 19 Acompanhamento condicionalidades saúde - 04 a 17 anos.....	29
Tabela 20 Pobreza e extrema pobreza – urbana / rural.....	30
Tabela 21 Dados da Educação.....	31
Tabela 22 Taxa de frequência líquida.....	31
Tabela 23 Taxa de analfabetismo.....	32
Tabela 24 Fecundidade, longevidade e mortalidade.....	34
Tabela 25 Percentual de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos.....	35
Tabela 26 Cobertura vacinal.....	36
Tabela 27 Matrícula por faixa etária e ciclo.....	38
Tabela 28 Matrícula por ano.....	40
Tabela 29 Nível de ocupação das pessoas de 10 anos.....	43



Tabela 30 Seção de Atividades.....	43
Tabela 31 Crianças, adolescentes ocupadas – Cad. Único.....	44
Tabela 32 Configuração familiares de famílias conviventes.....	45
Tabela 33 Vulnerabilidade Social.....	46
Tabela 34 Tipos de violências identificadas.....	49
Tabela 35 Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas.....	50
Tabela 36 Novos adolescentes inseridos no acompanhamento.....	50
Tabela 37 Crianças e Adolescentes em situação de rua	51
Tabela 38 Atendimento na Casa Lar.....	52
Tabela 39 Tipos de Violências.....	52
Tabela 40 Formas de trabalho infantil – Zona Urbana.....	56/57
Tabela 41 Formas de trabalho infantil – Zona Rural.....	57/58



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 População de Candeias.....	19
Gráfico 2 Estrutura Etária.....	19
Gráfico 3 Estrutura Etária por faixa etária.....	20
Gráfico 4 Indicador de dependência e taxa de envelhecimento	21
Gráfico 5 População por faixa etária	22
Gráfico 5 População de crianças pobres e extremamente pobres.....	27
Gráfico 6 Taxa de cumprimento condicionalidade educação – julho/2023	29
Gráfico 7 Evolução de taxa de fecundidade.....	34
Gráfico 8 Evolução taxa de maternidade entre meninos 10 a17anos.....	35
Gráfico 9 Mortalidade infantil - 01ano a 05 anos.....	36
Gráfico 10 Dados educacionais - IDEB.....	38
Gráfico 11 Evolução IDEB – anos iniciais.....	39
Gráfico 12 Evolução IDEB – anos finais.....	39
Gráfico 13 Tipo de Gestão.....	41
Gráfico 14 Familiares sem ensino fundamental.....	45
Gráfico 15 Tipos de violências identificadas.....	49
Gráfico 16 Motivos do acolhimento.....	52
Gráfico 17 Formas do trabalho infantil – Zona Urbana.....	57
Gráfico 18 Formas do trabalho infantil – Zona Rural.....	58



SUMÁRIO

Introdução.....	14
Metodologia.....	15

CAPÍTULO I

O município de Candeias

1. Sua história e sua geografia.....	16
1.1 História.....	16
1.2 Geografia.....	16
1.3 Clima.....	17
2. Indicadores Socioeconômicos	
2.1 População.....	18
2.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).....	22
2.2.1 Trabalho e renda.....	23
2.2.2 Renda, Pobreza e Desigualdade.....	26
2.3 Condições de Moradia: território e ambiente.....	32

CAPÍTULO II

Direito da Criança e do Adolescente

3 Os Direitos da Criança e do Adolescente	
3.1 Direito à Vida e à Saúde.....	33
3.1.1 Fecundidade, mortalidade e longevidade.....	33
3.1.2 Cobertura de vacinação e prevenção a verminoses.....	36
3.2 Direito à Educação, Esporte, Cultura e Lazer	37
3.2.1 Evolução da Educação no Município.....	37



3.3 Direito a Profissionalização e Proteção no Trabalho.....	41
3.3.1 Taxa de ocupação de 10 a 14 anos.....	41
3.3.2 Violação de Direito e Exploração Trabalho Infantil.....	43
3.4 Direito à Convivência Familiar e Comunitária.....	44
4 Sistema de Garantia de Direitos.....	47
4.1.1 Serviços e Programas de Proteção Básica	48
4.1.2 Serviços e Programas de Proteção Especial.....	48
4.2 Conselho Tutelar.....	54
4.3 Competência dos Órgãos de Segurança Pública	54

CAPITULO III

Considerações Gerais

5 Síntese Diagnóstica da Situação de Trabalho Infantil da Criança e do Adolescente 2022/2023.....	56
6 .Referências.....	67



**DIAGNÓSTICO
SITUACIONAL
DO TRABALHO
INFANTIL**

Candeias - Bahia - Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL D CANDEIAS
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A PRIORIDADE É SER CRIANÇA.

Quem considera normal o trabalho infantil, desconsidera o futuro.



É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Qualquer caso que não esteja de acordo, deve ser denunciado. (ECA Art. 60)

 **mana PINHO**
ASSOCIAÇÃO

Prefeitura de
candeias
Mais que trabalho, amor por você.



Diagnóstico do Trabalho Infantil: um cenário invisível “ao olho nú”.

A proteção e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes devem ser prioridades nas políticas públicas de acordo com as normativas nacionais e internacionais. A Convenção sobre o Direito da Criança (ONU, 1989), a Constituição Federal do Brasil (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), impõem à família, à sociedade e ao Estado o dever de garantir, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais dos quais a criança e o adolescente são detentores.

O presente documento “Diagnóstico dos Direitos da Criança e do Adolescente de Candeias-BA”, é um trabalho realizado pela Mana Pinho & Associados que organizou os dados, bem como analisou os indicadores sociais, de forma a apresentar este relatório final.

Este documento descreve o contexto vivenciado pela infância e pela adolescência de Candeias, bem como os direitos aos quais são possuidores. A rede socioassistencial, com seus programas e serviços de Proteção Básica e Especial da Assistência Social são apresentados, como dispositivos de proteção e promoção dos direitos. O Conselho Tutelar, os órgãos de Segurança Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário, como instâncias de garantia dos direitos, revelam alguns dados importantes para o mapeamento da situação da criança e do adolescente em Candeias. Com a proposta de responder às demandas apresentadas pelo diagnóstico, o presente relatório apresenta, em seu epílogo, o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Candeias-BA.

Este Diagnóstico não pretende ser um fim em si mesmo, mas anseia por inaugurar um ciclo de políticas públicas solidificado em dados estatísticos, que fomentem propostas eficientes e eficazes às demandas do público infanto-adolescente. O monitoramento e a avaliação das políticas desenvolvidas a partir das análises do diagnóstico contribuirão para a qualidade dos atendimentos, de forma a garantir que crianças e adolescentes, como pessoas em peculiar condição de desenvolvimento, tenham seus direitos garantidos com prioridade absoluta.



Introdução: Metodologia

O presente relatório apresenta o diagnóstico sobre a situação de trabalho infantil do município de Candeias/ BA.

A etimologia da palavra “diagnóstico” deriva da palavra grega *diagnostikós*, que significa apto para conhecer (Idáñez e Ander-Egg; 2007:10). O diagnóstico social objetiva conhecer a realidade existente em um determinado território e em relação a uma população-alvo, no caso deste relatório, a situação de trabalho infantil de crianças e adolescentes de Candeias/BA.

Portanto, a elaboração do diagnóstico, apresentando de forma detalhada as nuances de um determinado problema, é necessária para a compreensão de uma realidade que se pretende intervir. O conhecimento da realidade contribui para o levantamento das demandas existentes, as causas dos problemas e o estabelecimento de prioridades para garantia de direitos sociais.

O diagnóstico é um **procedimento** que leva a **identificação** e a **compreensão** de um **problema** com o objetivo de se traçar uma **estratégia de ação**. É um momento de sensibilização e articulação com a comunidade, de travar conhecimento com a situação a qual pretende trabalhar. As ações devem ser escolhidas a partir dos resultados do diagnóstico. (RIZZINI et al, 1999, p. 198)

A elaboração de políticas públicas vem se pautando em ciclos, onde o diagnóstico é a primeira etapa, seguida de formulação, implementação e avaliação das mesmas. O diagnóstico permite a caracterização do território, o mapeamento de seus problemas e a oferta e demanda por serviços públicos. Neste sentido, a eficiência e a eficácia de uma política pública está diretamente ligada a realização de um diagnóstico consistente que apontará as prioridades e mobilizará os recursos locais, do Estado e da sociedade civil, para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Este diagnóstico portanto, pretende obter uma visão panorâmica, tanto sobre as violações de direitos a que são submetidas as crianças e adolescentes a partir da ocorrência de trabalho infantil, quanto a atuação do sistema de atendimento local. Este documento também apresenta a ações propositivas que efetivam o reordenamento jurídico institucional previsto no art. 259, parágrafo único do ECA.

A estratégia metodológica utilizada estimulou os atores locais a conduzirem o processo de conhecimento da realidade, bem como o estímulo ao diálogo colaborativo, à análise conjunta da realidade e ao compartilhamento das decisões sobre as prioridades locais refletiram cada etapa desse trabalho.

A coleta de dados se deu de duas formas distintas: por meio de dados primários e secundários.

A coleta de dados primários ocorreu mediante entrevistas com aplicação de questionários nas diversas Secretarias, Escolas, nos Serviços Socioassistenciais, com os Agentes Comunitários de Saúde, além de entrevista com o CMDCA, procurou-se compreender, junto a seus membros, como se desenvolvem as áreas de organização e



funcionamento, administração e controle, articulação e coordenação, publicização e, por fim, a proposição e a deliberação de políticas públicas. Buscou-se o levantamento quantitativo de informações sobre a ocorrência de trabalho infantil. O diagnóstico levantou também informações junto à programas e serviços municipais governamentais que desenvolvem ações voltadas diretamente para a infância e a juventude, buscando verificar o grau de cobertura e os tipos de programas existentes.

A coleta de dados primários ocorreu também em entrevistas no Mercado Municipal de Candeias, localizando 30 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Os dados secundários, buscou fontes oficiais, tais como: Censo/2010 – IBGE; Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, IPEA, FJP; IDI – UNICEF; Sistemas DATASUS e CENSO ESCOLAR/INEP.

Nas fases de elaboração deste diagnóstico, alguns obstáculos se apresentaram, sendo os principais: falta de uma base de dados de indicadores de violação de direitos de crianças e adolescentes, com destaque para a ausência de implementação do Sistema de Informação Para a Infância e Adolescência – SIPIA; falta de sistematização e articulação/agregação de dados, especialmente nos órgãos públicos; falta de preenchimento, ou ainda preenchimento incorreto ou com dados incompatíveis em formulários oficiais, dentro outros.

O presente documento apresenta seis grandes tópicos, para melhor compreensão da realidade que se pretende intervir, são eles: 1. O município: sua história e sua geografia; 2. O Município: Indicadores Socioeconômicos; 3. Os direitos da Criança e do Adolescentes; 4. Sistema de Garantia de Direitos; 5. Principais considerações a partir do diagnóstico; 6. Síntese diagnóstica da situação do trabalho infantil em Candeias.

Este diagnóstico foi realizado entre os anos de 2022 a setembro de 2023, pela empresa Mana Pinho & Associados.



1. O Município: sua história e sua geografia

O conhecimento da história e de aspectos da geografia do município contribui para a compreensão das relações e dos aspectos sociais nele estabelecidos. Portanto, este relatório apresenta brevemente o município de Candeias-BA.

1.1. A História

A origem do município de Candeias data de meados do século XVI, tendo surgido das terras conhecidas como Matoim, sesmária importante naquele período pois abrigava os Engenhos de Caboto e Freguesia, oriundos das terras dos Engenhos Pitanga e da Freguesia de Nossa Senhora de Encarnação do Passé. Essas localidades deixaram uma marca significativa de uma época na qual predominava o ciclo da Cana-de-Açúcar, etapa fundamental na formação da Bahia, principalmente do Recôncavo, determinante na estruturação ética e cultural da população local, como também de suas características socioeconômicas. A origem do nome Candeias simboliza luz.

Em 1941, de Candeias saiu o primeiro poço comercial de Petróleo do Brasil. O progresso oriundo da descoberta do petróleo foi fundamental para a emancipação da cidade. Pela Lei Estadual n.º 1.028, de 14-08-1958, Candeias deixaria de ser um distrito de Salvador para ganhar sua emancipação política.

1.2. Geografia

Candeias é um município brasileiro do Estado da Bahia localizado na Região Metropolitana de Salvador, bem como na região do Recôncavo Baiano, há cerca de 46 km da Capital.

A cidade localiza-se a uma latitude 12°40'04" sul e a uma longitude 38°33'02" oeste, estando a uma altitude de 97 metros. Sua população no último censo 2022 foi de 72.382 pessoas. Possui uma área de 265,555 km². Sua bacia hidrográfica é composta pelos rios: Joanes, São Francisco, São Paulo, Imbiruçu, Jacarecanga. Os Distritos de Candeias são: Caboto, Caroba, Madeira, Menino Jesus, Passagem dos Teixeiras e Passé. Faz divisa com os municípios de: Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Dias d'Ávila e Simões Filho.

Candeias fica à beira da BR-324 e se liga com a mesma pela BA-522, bem como pela BA-523 via São Sebastião do Passé e Madre de Deus.

Situa-se às margens da Linha Tronco da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, via Santo Amaro e Simões Filho. A linha férrea encontra-se concedida à Ferrovia Centro- Atlântica.

Dentre os atrativos culturais, destaque para as construções seculares, palco de fé e religiosidade, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias, o Engenho Freguesia e a própria Fonte Milagrosa de Nossa Senhora das Candeias.



1.3. Clima e Vegetação

Candeias tem um clima tropical. Em Candeias existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. A classificação do clima é Af segundo a Köppen e Geiger. Candeias tem uma temperatura média de 24,6°C. Tem uma pluviosidade média anual de 1797mm.

As chuvas são registradas com maior incidência entre os meses de abril a junho. O mês mais seco é janeiro com 79mm e em maio acontece a maioria da precipitação, com uma média de 308mm, segundo dados da Estação climatológica da SUDIC.

A vegetação que predomina pode ser dividida em 02 tipos básicos. Floresta Ombrófila Densa, que tem uma grande diversidade de espécies, apesar de estar constantemente sendo transformada em área para plantio de árvores de reflorestamento; e Formação Pioneiras, com influência Marinha (Restinga).

Uma das belas reservas naturais do município de Candeias chamamos de "lagoa da CCC", nas proximidades do bairros de Urbis I, seu principal acesso.





2. O Município: Indicadores Socioeconômicos

Para conhecer a realidade das crianças e adolescentes do município de Candeias-BA, o presente relatório buscará, inicialmente, construir uma visão geral do município. A partir dos dados censitários e de indicadores oficiais será apresentado o perfil socioeconômico de Candeias.

2.1. População

Tabela 1 - Dados Populacionais

População 2022		72.382
População 2010		83.158
Área da unidade territorial (km ²)		258,36 km ²
Densidade demográfica (hab/km ²)		321,87
Código do Município		2906501
Gentílico		candeense.

Fonte: IBGE

Segundo o último Censo Brasileiro de 2022, a população de Candeias soma 72.382 pessoas. Os outros dados na tabela se referem ainda ao Censo de 2010, que totalizava 83.158 pessoas. Vimos, que nesses doze anos, houve um decréscimo populacional da ordem de 12,96%, ou seja, uma redução de 1,08 ao ano.

Dos residentes em 2010, 51,5% são mulheres e 48,5% são homens. O índice de urbanização foi de 91,4% apresentando pequenos acréscimos em relação a 1991 e 2000. A população rural que era de 9,6% em 1991 passou para 10% em 2000 e em 2010 foi de 8,6%.

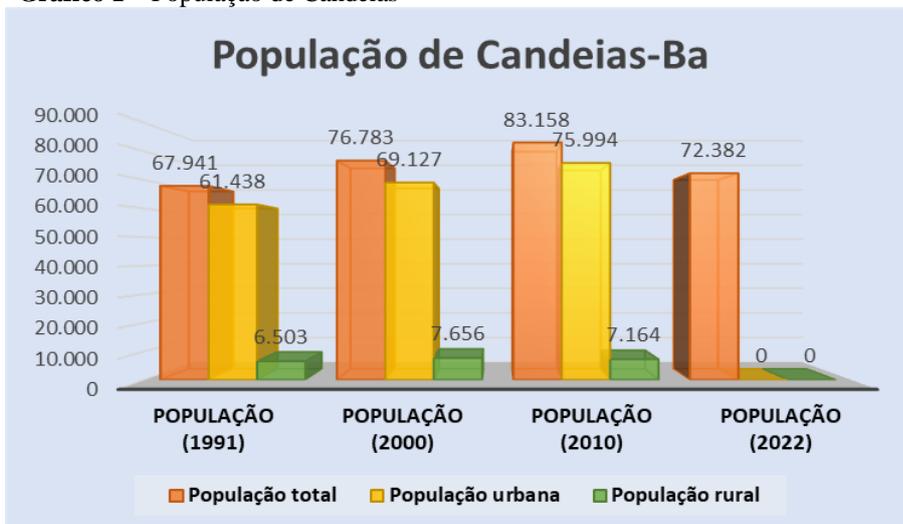
Tabela 2 - População por Gênero e Localidade (Censos de 1991, 2000 e 2010)

População Total, por Gênero, Rural/Urba - Município - Candeias - BA							
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)	População (2022)
População total	67.941	100%	76.783	100%	83.158	100,00	72.382
População masculina	33.953	50,0%	38.026	49,5%	40.314	48,5%	-
População feminina	33.988	50,0%	38.757	50,5%	42.844	51,5%	-
População urbana	61.438	90,4%	69.127	90,0%	75.994	91,4%	-
População rural	6.503	9,6%	7.656	10,0%	7.164	8,6%	-

Fonte: IBGE, PNUD, Ipea e FJP



Gráfico 1 – População de Candeias

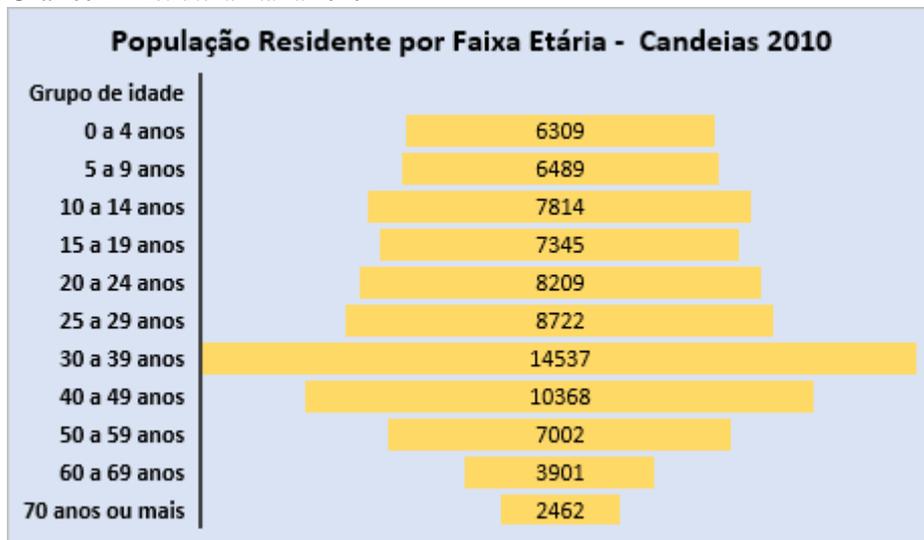


Fonte: IBGE 1991, 2000, 2010, 2022

Estrutura Etária da População de Candeias

É importante considerar a população, no que tange a distribuição por faixa etária, no ano de 2010.

Gráfico 2 - Estrutura Etária 2010



Fonte: IBGE

Quanto à estrutura etária de Candeias temos uma participação expressiva na faixa de 0 a 4 anos com 7,6% e um destaque para a faixa mais produtiva do município que vai dos 20 aos 59 anos de idade com a participação de 58,73% dos habitantes. A faixa de 5 a 9 anos temos a participação de 7,80% e de 10 a 14 anos e 15 a 19 anos ficam em torno de 18,23%. Os idosos acima de 60 anos com 7,65% da população.

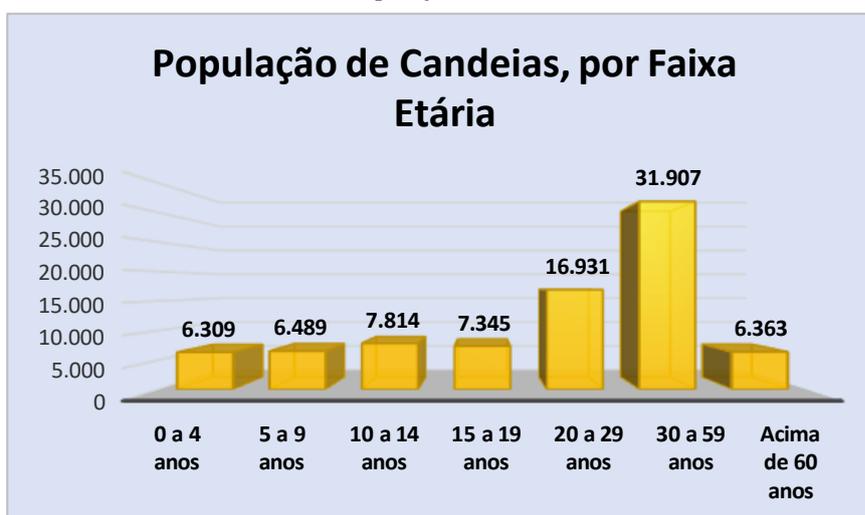


Tabela 3 - População por Faixa Etária (Censo de 2010)

Estrutura Etária da População em Blocos - Município – Candeias - BA		
Estrutura Etária	População (2010)	% do Total (2010)
População Total	83.158	100%
0 a 4 anos	6.309	7,59%
5 a 9 anos	6.489	7,80%
10 a 14 anos	7.814	9,40%
15 a 19 anos	7.345	8,83%
20 a 29 anos	16.931	20,36%
30 a 59 anos	31.907	38,37%
Acima de 60 anos	6.363	7,65%

Fonte: IBGE

Gráfico 3 - Estrutura Etária da População 2010



Fonte: IBGE

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 51,50% para 42,20% e a taxa de envelhecimento, de 3,53% para 4,93%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 74,17% e 2,55%, mostrando um gradativo aumento da taxa de envelhecimento e uma redução considerável na razão de dependência que acompanha a tendência do Estado.

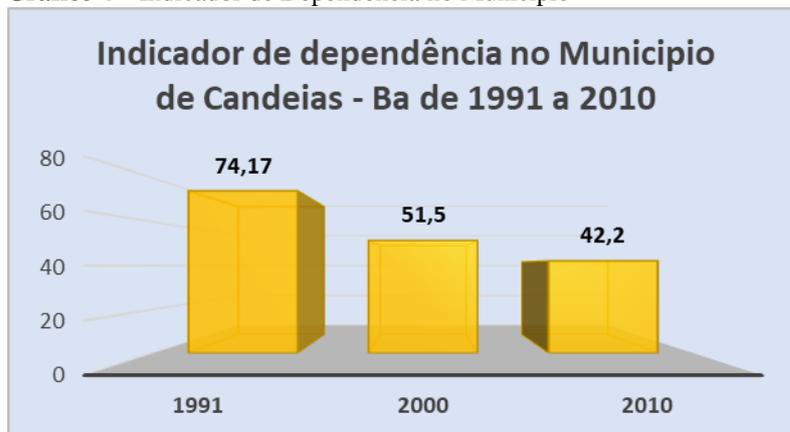
Tabela 4 – Razão de Dependência e Taxa de Envelhecimento

Indicadores de Dependência e Envelhecimento - Município – Candeias - BA			
Indicadores	1991	2000	2010
Razão de dependência	74,17	51,50	42,20
Taxa de envelhecimento	2,55	3,53	4,93

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



Gráfico 4 – Indicador de Dependência no Município



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Apesar da taxa de envelhecimento da população ter crescido a população de Candeias é predominantemente jovem (IBGE, 2010), concentrada na faixa etária de 0 a 19 anos, perfazendo o total de 27.957 pessoas, com uma participação de 33,62%. Destacamos essa faixa etária na tabela a seguir.

Tabela 5 – Características da População de 0-19 anos

Município de Candeias		
Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra - Características da População		
População residente, Total, 0 a 4 anos	6.309	Pessoas
População residente, Total, 5 a 9 anos	6.489	Pessoas
População residente, Total, 10 a 14 anos	7.814	Pessoas
População residente, Total, 15 a 19 anos	7.345	Pessoas
Total	27.957	Pessoas

Fonte: IBGE – Censo 2010

As crianças e adolescentes de Candeias estão distribuídos nas seguintes faixas etárias de acordo com o sexo:

Tabela 6- crianças e adolescentes quanto a faixa etária e sexo

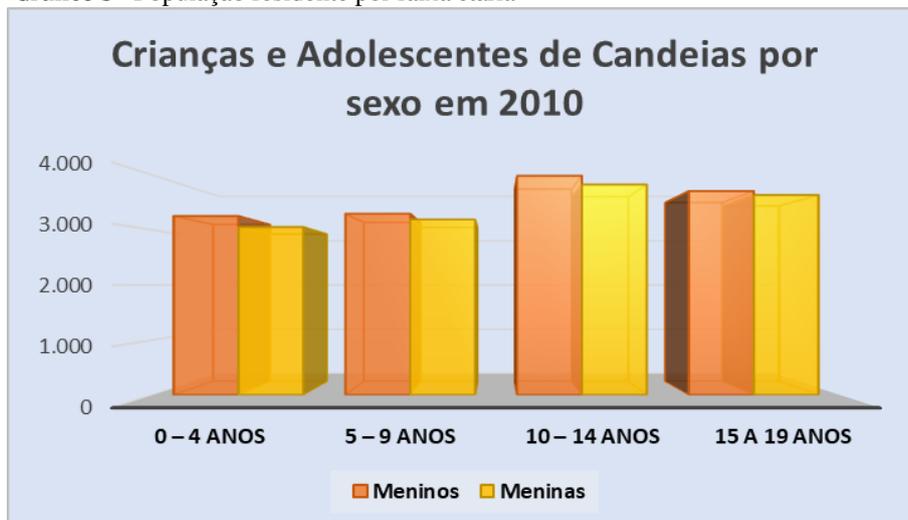
Faixa etária	Meninos	Meninas	Total
0 – 4 anos	3.254	3.055	6.309
5 – 9 anos	3.297	3.192	6.489
10 – 14 anos	3.986	3.828	7.814
15 a 19 anos	3.708	3.637	7.345
Total	14.245	13.712	27.957
%	50,95%	49,05	100%

Fonte: IBGE – Censo 2010

Observa-se uma ligeira preponderância de crianças e adolescentes do sexo masculino, nas diversas faixas etárias.



Gráfico 5 - População residente por faixa etária



Fonte: IBGE

Quanto ao indicador cor só foi possível encontrar os dados referentes ao Censo, 2010 e agrupados, referentes a pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência. Buscou-se em todas as fontes disponíveis os dados desagregados por faixa etária e sexo, no entanto, estes dados não foram identificados.

Tabela 7 – População de 10 anos ou mais ocupadas por cor – Censo, 2010

COR	Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas - brancas	2.871	8,8%
	Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas - pretas	9.859	30,4%
	Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas - pardas	19.215	59,3%
	Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas - amarelas	520	1,6%
	Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas - indígenas	41	0,1%
	Total – 39% da população	32.406	100%
	Total População 2010	83.158	-

Fonte: IBGE

A população de Candeias por cor, podemos afirmar, pela amostra de 39% da população de 10 anos ou mais ocupadas, que a sua maioria é parda. O percentual de pessoas que se autodeclararam pardas ou pretas, perfaz a um total de 89% da população total.

2.2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)¹

Compreender o “Índice de Desenvolvimento Humano” de um município (IDH-M) contribui não apenas para compreender os aspectos do acúmulo da riqueza material e do consumo, expresso por meio do indicador “renda”, baseado no PIB per capita, mas também outros aspectos da vida dos munícipes. As dimensões “longevidade”, que mede a esperança de vida ao nascer e “educação”, medida pela relação entre a taxa de alfabetização de adultos e

¹ O IDH-M é um índice composto que agrega 3 das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda.



a taxa combinada de matrícula nos diversos níveis de ensino, complementam os indicadores necessários para se estabelecer o IDH-M.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Candeias foi 0,691, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699).

Tabela 08 - Índice de Desenvolvimento Humano

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Candeias Ba			
Períodos	1991	2000	2010
IDHM e componentes	0,408	0,548	0,691
IDHM Educação	0,220	0,414	0,616
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	22,35	34,80	56,26
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	55,02	89,93	95,78
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo	20,69	50,26	83,23
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	7,94	27,38	44,41
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	3,44	13,16	34,22
IDHM Longevidade	0,558	0,684	0,823
Esperança de vida ao nascer (em anos)	58,49	66,06	74,39
IDHM Renda	0,553	0,582	0,652
Renda per capita (em R\$)	249,13	300,03	462,57

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Segundo o relatório do IDHM a esperança de vida ao nascer cresceu 8,3 anos na última década, passando de 66,0 anos, em 2000, para 74,3 anos, em 2010. Este indicador municipal é maior do que o índice do estado da Bahia que é de 72 anos, e um pouco acima da expectativa de vida no País, que é de 73,5 anos.

Ao comparar a série histórica, dos anos de 1991 a 2010, o IDHM obteve uma taxa de crescimento de 69,4%, passando de 0,408 para 0,691, alcançando a classificação de IDHM médio. Neste período, a educação foi o índice que obteve um maior desenvolvimento, da ordem de 208% saindo de 0,220 em 1991 para 0,616 em 2010. Seguido da longevidade de vida com um crescimento de 147% apresentando em 2010 o índice de 0,823. E da renda que cresceu 117% chegando em 2010 com o índice de 0,652.

2.2.1 Trabalho e Renda

Em 2021, o salário médio mensal era de 3 salários mínimos em Candeias. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 8 de 417 e 23 de 417, respectivamente.



Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 152 de 5570 e 1399 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 45,9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 352 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 2047 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Fonte: IBGE.

Tabela 09 – Trabalho e Rendimento em Candeias

Trabalho e Rendimento do Município de Candeias – Ba 2019	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	3 salários mínimos
Pessoal ocupado [2021]	17.111 pessoas
População ocupada [2020]	19,7%
% da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	45,9%

Fonte: IBGE

Segundo dados do IBGE, o número de empresas e outras organizações atuantes em 2019 em Candeias totalizava 1.239, estando no 30º lugar do Estado. O pessoal ocupado em 2019 foi de 17.111 pessoas estando no 18º lugar dos municípios do Estado, enquanto que o pessoal ocupado assalariado chegou a 15.668, ocupando o mesmo lugar e com uma redução de 8,43%.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa passou de 67,09% em 2000 para 60,55% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 27,55% em 2000 para 18,07% em 2010, com uma redução na desocupação.

Considerando as taxas de atividade de crianças e adolescentes vemos que no ano de 2000 tínhamos 6,78% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos exercendo algum tipo de atividade e 29,72% na faixa de 15 a 17 anos. No ano de 2010 a taxa teve uma tendência de aumento na faixa de 10 a 14 anos passando para 8,75% e uma tendência de redução na faixa de 15 a 17 anos, passando para 23,11%, respectivamente.

O nível educacional dos ocupados em 2010 com fundamental completo é de 63,79%, índice maior do que os de nível médio ocupados que foi de 44,66% e o % de ocupados com superior completo chega a 3,82% em 2010. O rendimento médio dos ocupados em 2010 foi de R\$ 881,57.

Tabela 10 – Ocupação da População em Candeias

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Candeias - BA		
	2000	2010
TAXA DE ATIVIDADE		
Taxa de atividade 10 a 14 anos	6,78	8,75
Taxa de atividade de 15 a 17 anos	29,72	23,11
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	67,09	65,55



Taxa de desocupação 18 anos ou mais de idade	27,55	18,07
NÍVEL EDUCACIONAL DOS OCUPADOS		
% dos ocupados com ensino fundamental completo	42,96	63,79
% dos ocupados com ensino médio completo	27,75	44,66
% dos ocupados com superior completo	0,65	3,82
RENDIMENTO MÉDIO		
% dos ocupados com rendimento de até 1s.m.	57,10	21,23
% dos ocupados com rendimento de até 2s.m.	83,93	75,11
% dos ocupados com rendimento de até 5s.m.	96,99	96,34
% de ocupados sem rendimento	2,67	3,58
Rendimento médio dos ocupados	--	881,57

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Este indicador de taxa de atividade de 10 a 14 anos, de 8,75%, nos indica claramente exploração do trabalho infantil.

Tabela 11 – Nível das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade - Censo, 2010

Amostra Trabalho Infantil	
Taxa de Atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade	56,70%
Grupo de idade	
10 a 14 anos	8,75%
15 a 17 anos	23,11%
18 anos ou mais	65,55%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Produto Interno Bruto

Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município vem numa crescente a partir de 2010 até 2020, a exceção de 2012 para 2013 que houve um pequeno decréscimo se mantendo quase estável. A partir daí não houveram mais decréscimos.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, que respondia em 2020 a 40,6% do PIB municipal. Cabe destacar também o setor de da indústria, cuja participação no PIB foi de 31,3% em 2020. Esses dois são os maiores responsáveis pelo PIB do município. A partir daí temos 18,8% na participação dos Impostos, 9,0% da Administração Pública e a Agropecuária em último lugar de participação com apenas 0,3%.

Tabela 12 – PIB 2020

Produto Interno Bruto –Candeias – BA – 2020 (x1.000)		
PIB a preços correntes (x1.000) R\$	4.921.774,30	100%
PIB Per capita	56.275,86	-
Agropecuária	15.198,15	0,3%
Indústria	1.541.335,32	31,3%



Serviços	1.997.062,66	40,6%
Administração pública e seguridade social	444.129,44	9,0%
Impostos	924.048,73	18,8%

Fonte: IBGE

2.2.2. Renda, Pobreza e Desigualdade

Ao se comparar o Índice de Gini², observa-se a desigualdade de renda e sua evolução. Nesses dois períodos o índice passou de 0,55, em 1991, para 0,54, em 2000, e para 0,48, em 2010, estabilizando mais a desigualdade no Município, uma realidade de 2010, mas ainda se mantém com um indicador perto da zona intermediária.

A renda per capita média de Candeias cresceu 85,67% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 249,13, em 1991, para R\$ 300,03, em 2000, e para R\$ 462,57, em 2010, mostrando uma tendência de crescimento. A taxa média anual de crescimento no período de 1991 a 2010 foi de 4,28%.

Houve um decréscimo dos vulneráveis à pobreza no período de 1991 a 2010, passando de 71,47 em 1991 para 42,68 em 2010, com um decréscimo de 40,28%.

Tabela 13 - Renda, Pobreza e Desigualdade

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município – Candeias - BA			
	1991	2000	2010
Renda per capita	249,13	300,03	462,57
% de extremamente pobres	24,19	17,38	7,22
% de pobres	46,71	39,95	17,44
% de vulneráveis à pobreza	71,47	63,64	42,68
Índice de Gini	0,55	0,54	0,48

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em 2010, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano nos Municípios, do 7,22% da população total (7.441 pessoas) estava em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais. Fizemos um recorte para as faixas até 17 anos.

Tabela 14 População em Extrema Pobreza na faixa etária até 17 anos - Censo Demográfico do IBGE 2010

Faixa Etária	Quantidade
0 a 04 anos	883
05 a 09 anos	793
10 a 14 anos	787
15 a 17 anos	482
Total	2.945

Fonte: Relatório de Programas e Ações - SAGI

² É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Varia de 0 a 1, onde 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

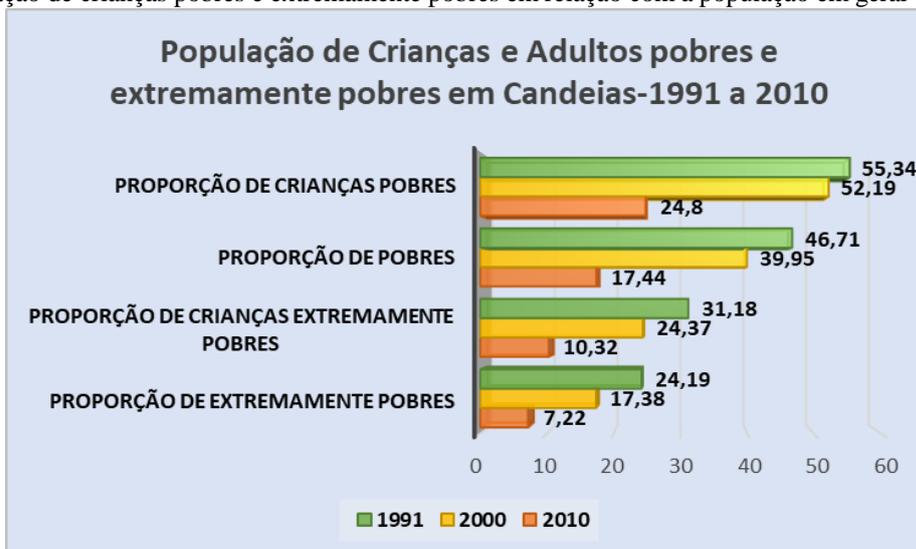


Tabela 15 – População de crianças e adultos pobres e extremamente pobres

Ano	Proporção de extremamente pobres	Proporção de crianças extremamente pobres	Proporção de pobres	Proporção de crianças pobres
2010	7,22	10,32	17,44	24,80
2000	17,38	24,37	39,95	52,19
1991	24,19	31,18	46,71	55,34

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Gráfico 5- População de crianças pobres e extremamente pobres em relação com a população em geral



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Segundo os dados obtidos nos últimos censos do IBGE, em relação a pobreza e a pobreza extrema no município de Candeias-BA houve uma redução do número de crianças nestas condições. Levando-se em consideração que o universo pesquisado em 2010 diz respeito apenas a crianças e adolescentes até 14 anos, quando os dados são convertidos em números absolutos a dimensão do problema se expressa de forma maior, visto que são 5.821 crianças e adolescentes pobres, 8.581 extremamente pobres.

Em 2020 a pandemia do COVID-19, além da crise sanitária trouxe inúmeros outros desafios para os países, especialmente aqueles que enfrentam desigualdades sociais. Segundo o Banco Mundial, mais de 4,4 milhões de pessoas devem entrar em situação de extrema pobreza, devido a crise econômica causada pela pandemia. A ONU alertou que “as dificuldades econômicas sofridas pelas famílias como resultado da crise econômica global podem resultar em centenas de milhares de mortes infantis adicionais em 2020, revertendo os últimos dois a três anos de progresso na redução da mortalidade infantil em um único ano”.

Em abril de 2020, o total de famílias do município inscritas no Cadastro Único, que reúne informações de famílias de baixa renda, era de 22.156, acréscimo de 389 famílias em relação a março de 2019. O quadro abaixo apresenta o quantitativo de beneficiários dividido por faixa de renda familiar.



No mês de setembro de 2023, o município de CANDEIAS/BA teve 15.404 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 33.718 pessoas beneficiadas, e totalizando um investimento de R\$ 10.297.491,00 e um benefício médio de R\$ 669,41.

Quantidade de benefícios do Bolsa Família, por tipo, em setembro de 2023 no município de CANDEIAS/BA:

Tabela 16 – Quantidade de benefícios do Bolsa Família, por tipo, em setembro de 2023 no município de Candeias/Ba:

Tipo de Benefício	Quantidade de Benefícios
Benefício de Renda de Cidadania (BRC): no valor de R\$ 142,00	33.718
Benefício Complementar (BC)	14.817
Benefício Primeira Infância (BPI): no valor de R\$ 150,00	4.993
Benefício Variável Familiar (BVF): no valor de R\$ 50,00	9.339
Benefício Extraordinário de Transição (BET)	116

Fonte: Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

O Cadastro Único apresenta os seguintes dados referentes a Candeias em Julho de 2023. 24.194 famílias cadastradas, 18.424 em situação de pobreza, 1.890 famílias em situação de baixa renda.

Uma análise sobre os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), torna-se interessante, especialmente no diagnóstico sobre os direitos de crianças e adolescentes. Abaixo segue um quadro com as famílias cadastradas no Cadastro Único em julho de 2023:

Tabela 17 – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs)	
Famílias de GPTEs	Nº de famílias
Famílias quilombolas	08
Famílias ciganas	83
Famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro	14
Famílias de pescadores artesanais	185
Famílias ribeirinhas	01
Famílias de agricultores familiares	31
Famílias assentadas	04
Famílias acampadas	02
Famílias em situação de rua	25
Famílias de catadores de material reciclável	271
TOTAL	624

Fonte: Relatório de Informações RI v.4



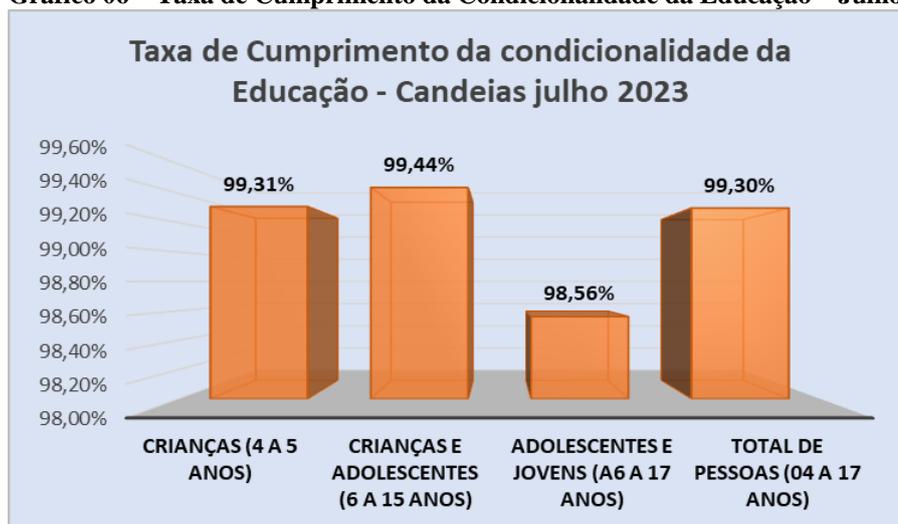
Tabela 18: Acompanhamento Condicionais da Educação de 04 a 17 anos

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e Adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e Jovens (16 a 17 anos)	Total de Pessoas (4 a 17 anos)
Público para acompanhamento	1.608	7.939	1.583	11.130
Pessoas acompanhadas	729	4.851	974	6.554
Taxa de acompanhamento	45,34%	61,10%	61,53%	58,89%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	724	4.824	960	6.508
Taxa de cumprimento	99,31%	99,44%	98,56%	99,30%

Fonte: Relatório de Informações RI v.4

A taxa de acompanhamento da educação nas diversas faixas etárias apresentaram índices que chegam perto de 100%. E a taxa de acompanhamento da saúde de crianças menores de 07 anos, alcançou o limite máximo de 100% (ver tabela 19)

Gráfico 06 – Taxa de Cumprimento da Condicionalidade da Educação – Julho 2023



Fonte: Relatório de Informações RI v.4

Tabela 19: Acompanhamento Condicionais da Saúde de Crianças menores de 7 anos

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)
Público para acompanhamento	4.527
Pessoas acompanhadas	3.996
Taxa de acompanhamento	88,27%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	3.996
Taxa de cumprimento	100,00%

Fonte: Relatório de Informações RI v.4



Pobreza e Extrema Pobreza - Educação³

O Censo de 2010 revelou que no município de Candeias 47,0% das crianças de 0 a 05 anos estavam na escola, ou na creche. Podemos inferir que 53% das crianças nessa faixa etária estavam fora da escola um indicador bastante expressivo. Esperamos que a realidade no Censo de 2022 seja bastante diferente do que encontramos em 2010.

O analfabetismo ou a baixa escolarização, que se inicia na primeira infância, perpetua o ciclo de pobreza, necessitando para isso se investir em educação para o público infantoadolescente como forma de quebra do padrão de repetição geracional.

Pobreza e Extrema Pobreza / Populações Rural e Urbana

A extrema pobreza está presente tanto na área rural, quanto na área urbana. No entanto, com diferentes contextos.

A pobreza rural deve ser analisada de forma diferenciada àquela vivenciada pela população urbana. Mocelin (2010) afirma que há fatores específicos para a pobreza rural, tais como: baixo nível de escolaridade das pessoas, forma de acesso à terra e dificuldade no acesso aos serviços básicos. A população urbana possui maior acesso aos serviços básicos governamentais e não governamentais, facilitando de certa forma o benefícios de políticas públicas de combate à pobreza.

Há a necessidade de comparar os dados de pessoas pobres ou extremamente pobres, em seus contextos territoriais, urbano ou rural. Neste sentido, a população rural tem uma taxa de extrema pobreza de 0,62% em relação a população total e os residentes na área urbana é de 6,60%. Nesse caso, em Candeias, como a população urbana é bem maior que a rural tivemos indicadores correspondente.

Estes indicadores apontam para uma necessidade urgente de que as políticas públicas estejam implementadas e/ou fortalecidas na área urbana de forma a diminuir o distanciamento social, mas também expandindo algumas ações para a área rural.

Tabela 20 - Pobreza e extrema Pobreza e áreas urbana e rural

População em extrema pobreza	Nº. de habitantes	Nº. de habitantes em extrema pobreza	% de população em extrema pobreza
População rural	7.164	517	0,62%
População urbana	75.994	5.486	6,60%
População total	83.158	6.003	
População total em extrema pobreza	7,22		

Fonte: IBGE 2010

³ <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php> consulta em 24/07/2018.



Educação

Na Educação, a taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97,6% em 2010. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB em 2019 foi de 4,9 nos anos iniciais e nos anos finais foi de 3,6.

O total de matrículas em 2020 chegou a 12.563, sendo 9.661 matrículas do ensino fundamental e 2.902 do ensino médio, realizadas em 69 escolas no total e contando com 641 docentes nos dois níveis de ensino sendo 472 no fundamental e 169 no ensino médio.

Tabela 21 - Dados da Educação em Candeias

EDUCAÇÃO – Município Candeias- Bahia	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,6%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	3,4
Matrículas no ensino fundamental [2021]	10.354 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	3.490 matrículas
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	53 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	09 escolas

Fonte: IBGE/Cidades

A taxa de frequência líquida de ensino aumentou de 1991 para 2010, seja no ensino básico, ensino fundamental e ensino médio, com aumento de 10% no ensino básico com uma taxa em 2010 de 85,10%. No ensino fundamental a taxa de frequência líquida cresceu de 1991 a 2010 passando de 79,64% para 90,35%, um aumento de 13,45%. O maior aumento se deu na taxa de frequência ao ensino médio de 284%, passando de 6,58% em 1991 para 25,28% em 2010.

Tabela 22 - Taxa de frequência líquida

EDUCAÇÃO 2012-2017 – Município Candeias – Bahia			
Indicadores	1991	2000	2010
Taxa de frequência líquida ao ensino básico	77,44	89,64	85,10
Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental	79,64	94,30	90,35
Taxa de frequência líquida ao ensino médio	6,58	24,18	25,28

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano

Tem havido um grande decréscimo na taxa de analfabetismo no município de Candeias de 1991 para 2010, como podemos ver no quadro a seguir. A redução das taxa de analfabetismo variaram de menos 85%, na faixa de 11 a 14 anos a 75,64% de 25 a 29 anos de idade.



Tabela 23 - Taxa de analfabetismo

EDUCAÇÃO 2017 – Município Candeias - Bahia				
Taxa de Analfabetismo 1991 a 2010				
Indicadores	1991	2000	2010	% redução de 1991 a 2010
Taxa de analfabetismo de 11 a 14 anos de idade	20,50	6,78	3,04	- 85,17%
Taxa de analfabetismo de 15 a 17 anos de idade	11,49	4,26	2,24	- 80,50%
Taxa de analfabetismo de 18 a 24 anos de idade	11,15	5,08	2,43	- 78,21%
Taxa de analfabetismo de 25 a 29 anos de idade	12,48	7,00	3,04	-75,64%

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano

2.3. Condições de Moradia: território e ambiente

Em 2010, segundo o IBGE, 73.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 43.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 37.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 24 de 417, 340 de 417 e 26 de 417, respectivamente.

De acordo com o Atlas dos Municípios, dados referentes a 2013 e 2017, tivemos 97,83% e 96,47% respectivamente, da população urbana residente em domicílios ligados à rede de abastecimento de água. 30,03% dos domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário em 2013 e 42,56% em 2017. 100% do esgoto é tratado no Município. Em 2017 a população urbana atendida por serviços regulares de coleta de resíduos domiciliares correspondia a 63,76%.



3. Os Direitos da Criança e do Adolescentes

Os direitos da criança e do adolescente foram estabelecidos pela Lei Federal 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
 - b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
 - c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
 - d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- (BRASIL, 1990)

Dentre os direitos fundamentais aos quais o público infantoadolescente é detentor, o relatório apresenta dados e análises sobre o direito à vida, à saúde; à educação, ao esporte, à cultura e lazer; à profissionalização e à proteção no trabalho; à convivência familiar e comunitária. A análise da situação das crianças e dos adolescentes de Candeias, demonstrará aspectos das violações a esses direitos e de serviços que visam garantir que crianças e adolescentes candeenses usufruam deles com prioridade absoluta, conforme estabelecido em Lei.

3.1 – Direito à Vida e à Saúde

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 7º define que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

De modo a analisar em que medida esse direito tem sido respeitado na vidas das crianças e adolescentes de Candeias é necessário avaliar indicadores relacionados a nascimento, mortalidade, vacinação, dentre outros.

3.1.1 – Fecundidade, mortalidade e longevidade

A taxa de fecundidade expresso em número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade) vem diminuindo em Candeias ao longo dos anos, se compararmos os três últimos Censos brasileiros. Esta saiu do patamar de 2,99 filhos por mulher (Censo, 1991), para 1,85, de acordo com o Censo de 2010.



A queda na taxa de fecundidade de Candeias segue a tendência do restante do Brasil, que passou de 2,38 em 2000 para 1,9 em 2010. No caso da estatística do País, a taxa está abaixo da considerada ideal para se garantir a reposição populacional, que é de 2,1 filhos por mulher. Este fenômeno possui vários determinantes, tais como: o uso de métodos contraceptivos, projetos de educação para a sexualidade; planejamento familiar, maior envolvimento da mulher no mercado de trabalho.

A esperança de vida ao nascer na tendência contrária, aumentou de 58,49% para 74,39%. A taxa de mortalidade infantil também decresceu, passando de 76,28% em 1991 para 15,80 em 2010.

A mortalidade infantil veio com uma redução significativa de 1991 a 2010. No Censo de 1991, se computou 76,28 por mil nascidos vivos, em 2000 eram 38,73 e em 2010 a taxa de mortalidade caiu para 15,8 óbitos por mil nascidos vivos.

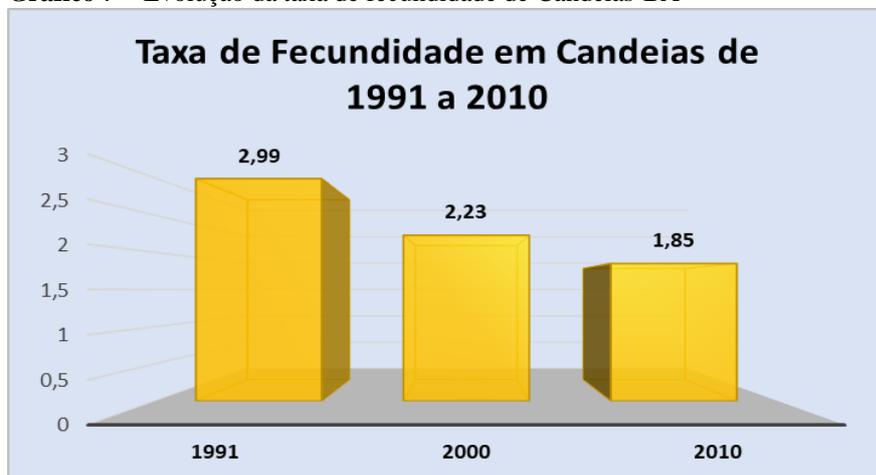
Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabeleceu que os países deveriam diminuir a taxa de mortalidade dos nascidos vivos para 17 até 2015. O Brasil cumpriu esta meta, saindo de um patamar de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos (2000) para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos (2010). A “Tábua de Mortalidade 2018” apontou que o Brasil, neste período, melhorou ainda mais esse indicador com 12,4 óbitos a cada mil nascidos vivos.

Tabela 24 - Fecundidade, Longevidade e Mortalidade

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Candeias - BA					
	1991	2000	2010	2013	2017
Taxa de Fecundidade	2,99	2,23	1,85	--	--
Taxa de mortalidade infantil	76,28	38,73	15,80	--	--
Esperança de vida ao nascer	58,49	66,06	74,39	--	--
% de nascidos vivos com pelo menos 7 consultas de pré-natal	--	--	--	42,39	51,69
% de nascidos vivos com baixo peso ao nascer	--	--	--	8,72	11,13

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Gráfico 7 - Evolução da taxa de fecundidade de Candeias-BA



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



Uma importante reflexão deve ser feita em relação ao índice de bebês nascidos de mães crianças e adolescentes, conforme tabela abaixo:

Tabela 25 – Percentual de mulheres de 10 a 17 que tiveram filhos

Ano	Percentual de mulheres de 10 a 14 anos de idade que tiveram filhos	Percentual de mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos
2017	1,19	18,59
2013	1,11	16,41

Fonte: IBGE/ PNUD, Ipea e FJP

Gráfico 08 - Evolução da taxa de maternidade entre meninas de 10 a 17 anos



Fonte: IBGE/ PNUD, Ipea e FJP

O aumento na taxa de natalidade de crianças nascidas de mães com idades de 10 a 17 anos entre os anos de 2013 e 2017, merece uma reflexão aprofundada.

A gravidez entre meninas entre 10 e 14 anos, com dados relativos ao ano de 2017, apresentou um leve aumento, ficando em 1,19% e enquanto em 2013 foi de 1,11%.

A Lei 12.015/ 2009 alterou o Código Penal brasileiro para tornar mais severas as penas de crimes sexuais. O artigo 217, dispõe que ter relações sexuais com crianças ou adolescentes menores de 14 anos é considerado estupro de vulnerável. Esta lei é um forte aliado no combate ao abuso e a exploração sexual infantil e ao “casamento” de crianças, sendo o Brasil o 40º. país no ranking mundial neste tipo de violação de direitos.

Na faixa etária entre 15 e 17 anos, observa-se um fenômeno de crescimento acentuado entre os anos de 2013 e 2017, passando de 16,41% em 2013 para 18,59% em 2017, um aumento de 13,28% nos cinco anos, o que significa um aumento anual de 2,66%.

Este indicador aponta uma grave ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos de meninas ainda muito jovens, refletindo em uma série de consequências, tais como: a responsabilidade prematura, a interrupção do ciclo escolar, a dificuldade em se qualificar para uma futura entrada no mercado de trabalho, dentre outras.

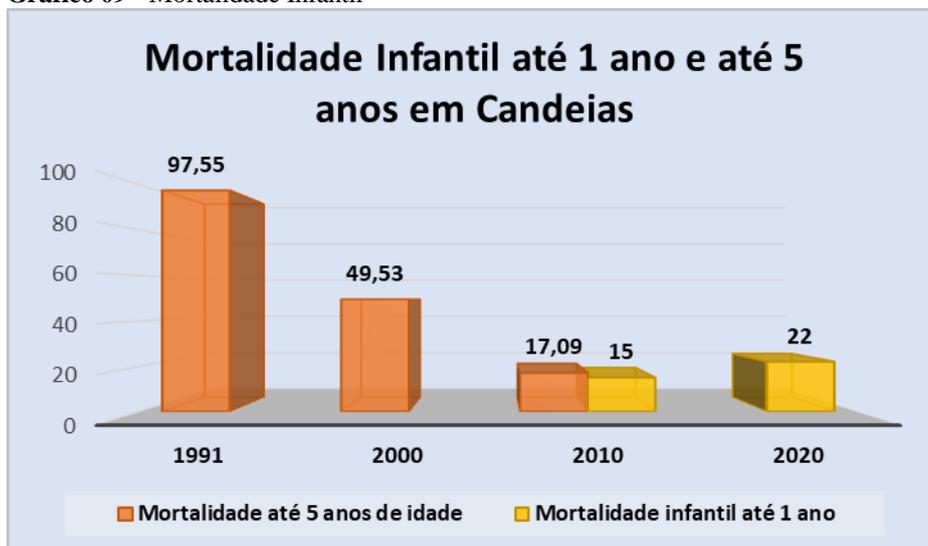


Portanto, é urgente que se implementem políticas públicas que discutam, com meninos e meninas, o desenvolvimento sexual saudável.

De acordo com o gráfico abaixo, observa-se que a taxa de mortalidade de crianças até 5 anos de idade em Candeias obteve expressiva queda, passando de 97,55 em 1991 para 17,9 óbitos por mil crianças em 2010.

Conforme já descrito acima no item sobre o IDH-M, a esperança de vida ao nascer cresceu 8 anos na última década, passando de 66 anos, em 2000, para 74 anos, em 2010.

Gráfico 09 - Mortalidade Infantil



Fonte: IBGE, PNUD, Ipea e FJP

3.1.2 Cobertura de Vacinação e Prevenção a Verminoses

A vacina é um das ações mais importantes para que se mantenha o direito à vida, sobretudo do público infantil. Ela é uma das medidas mais importantes para se prevenir doenças e evitar a morte. Quanto maior a taxa de vacinação, menor será a circulação do vírus ou bactéria no município.

Entre os nove tipos de vacinações analisadas, a cobertura média vacinal do município é de 72,9%, o que representa uma taxa abaixo da média dos demais municípios brasileiros. A vacina de maior cobertura local é a BCG, com uma taxa de 100%, por outro lado, a Tríplice Viral (1º dose) apresenta maiores desafios, com uma cobertura de 44,32%.

Tabela 26 - Cobertura Vacinal de Candeias de janeiro a junho de 2019. Bahia.

VACINA	BCG	Hepati te A	Hepati te B	Menin gococ	Pentav alente	Pneum o	Polio	Rotavir us	Tríplice
APLICADAS	100,0	53.01	100,0	71.77	73.05	69.5	71.77	72.36	44.32

Fonte: Boletim-calendário-vacinal-da-criança



Projetos e Programas da Secretaria Municipal de Saúde:

Programa Saúde na Escola (PVE)

O Programa Saúde na Escola (PSE), desenvolvida pela Secretaria de Saúde de Candeias visa integrar e articular a Educação e a Saúde, proporcionando melhoria de vida dos educandos.

As ações do Programa Saúde na Escola - PSE devem estar pactuadas no projeto político-pedagógico das escolas. O planejamento deve considerar: o contexto escolar e social e o diagnóstico local de saúde do educando.

Em setembro de 2023 as atividades foram realizadas nas escolas municipais: ASBREMFO, Tércia Borges, Professor Dásio, Ieda Barradas, Argentina Castello Branco, Milton Matos, Junqueira Freire, Edith Dias, Dr. Gualberto, Alfredo Serra, Gisella Tygel, Egberto Ferreira, Nova Candeias e Adriano Gordilho.

Durante a semana, foram realizadas palestras sobre “Doenças Negligenciadas”, Saúde Bucal, Vacinação e Saúde Ocular, atividades de alimentação saudável, verificação da situação vacinal, prevenção a covid-19, avaliação antropométrica, teste de snellen e promoção da atividade física.

De acordo com a coordenadora da Atenção Básica, o programa contempla 51 escolas municipais, com ações que vão auxiliar mais de 12 mil alunos.

3.2 – Direito a Educação, esporte, cultura e lazer

A Constituição Federal, em seu artigo 205, afirma que a educação, é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O artigo 53 do ECA, reafirma a educação e o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como um direito público subjetivo da criança e do adolescente. O artigo 58 dispõe que, no processo educacional serão respeitados os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo a eles liberdade de criação e acesso as fontes da cultura. O artigo 71 do ECA, estabelece que a criança e o adolescente tem direito a cultura, aos esportes e ao lazer.

3.2.1. Evolução da Educação no município

Para se compreender a situação da educação de um determinado município, deve-se observar a proporção de crianças e jovens frequentando ou que tenham completado ciclos de estudos. Abaixo segue um quadro demonstrativo da realidade de Candeias, de acordo com os Censos de 1991, 2000 e 2010.



Tabela 27 – Matrículas por faixa etária e ciclo em Candeias

Faixa etária	Ciclo escolar	Percentual de matriculados		
		1991	2000	2010
de 5 a 6 anos	Na escola	55,02	89,93	95,78
de 06 a 14 anos	no ensino fundamental com 2 anos ou mais de atraso idade-série	47,49	32,02	19,15
15 a 17 anos	ensino fundamental completo	7,94	27,38	44,41
de 18 a 24 anos	ensino médio completo	10,63	20,02	42,82

Fonte: Pnud. Ipea, FJP

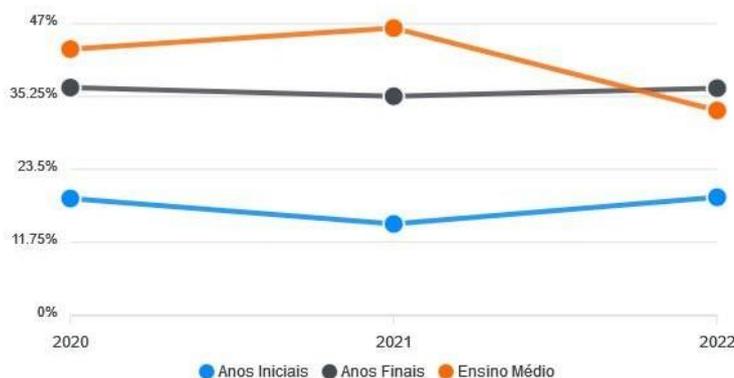
Entre 1991 e 2010, três proporções aumentaram da seguinte forma: 74,08 pontos percentuais para a faixa etária de 5 a 6 anos de idade na escola: na faixa etária de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo obteve 459 pontos percentuais e 302 pontos percentuais para os jovens de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo. Houve uma redução de 06 a 14 anos no ensino fundamental com 2 anos ou mais de atraso idade-série de cerca de menos 59,67 pontos percentuais.

No entanto, o percentual de queda da escolaridade à medida em que os ciclos escolares aumenta é 53,63%. A análise desses dados, com base nos indicadores do último Censo, assinala que menos da metade das crianças que iniciam os estudos finaliza o ensino médio.

Em 2010, 2,76 % dos jovens adultos cursavam o ensino superior, em contraste com 0,50% do ano de 2000 e 0,38% do ano de 1991.

Os dados acima assinalam que o percentual de defasagem escolar em relação à idade tem aumentado em três décadas, no entanto mais jovens tem alcançado o ensino superior. As distorção idade-série na rede pública estão no gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Dados Educacionais:



Fonte: Dados Educacionais de Candeias

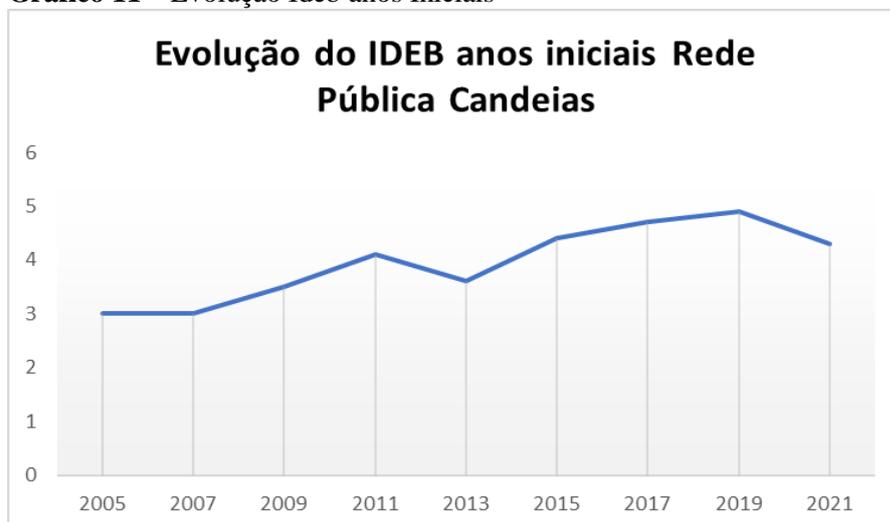


A qualidade do ensino nos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública, medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)⁴ em 2021 foi de 4,3. Nos finais do ensino fundamental da Rede pública em 2021 o IDEB foi de 3,4.

A Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em 2010 foi de 97,6 %, colocando Candeias em 2733º lugar no raking dos municípios brasileiros, em 171º no estado da Bahia e em 9o. lugar entre os municípios da região. Estes dados comparativos revelam, que apesar de ter superado a meta estipulada para o município, há necessidade de maior investimento na qualidade do ensino básico no município de Candeias.

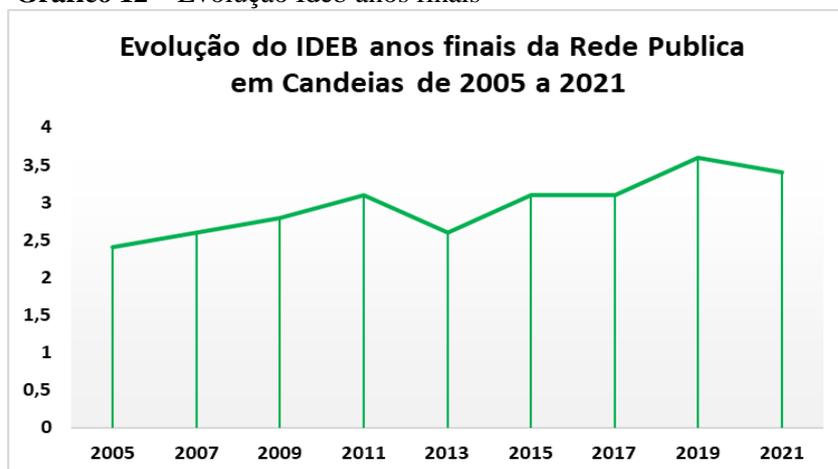
A seguir os gráficos da evolução do IDEB de 2005 a 2021, nos anos iniciais e finais.

Gráfico 11 – Evolução Ideb anos Iniciais



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017)

Gráfico 12 – Evolução Ideb anos finais



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017)

⁴ O Ideb é medido pela seguinte equação: aprendizado em português e matemática (Prova Brasil) X fluxo (taxa de aprovação)



Expectativa de Anos de Estudo

Este indicador é uma projeção do número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá atingir ao completar 18 anos de idade. Em 2021, a expectativa de anos de estudos PNAD era de 6,98 anos.

População Adulta

A avaliação da escolaridade da população adulta de Candeias, com 18 a 24 anos na escola, sofre certa influência da pouca escolaridade das gerações mais antigas. Em 1991, o percentual do município era de 3,62%, passando para 11,98% em, em 2010 atingiu 8,82% e em 2021 passou para 22,62%. Se observada a série histórica, especialmente dos anos de 2010 a 2021 houve um aumento de 156,5% na escolaridade da população adulta de 18 a 24 anos.

Considerando-se a população de 25 anos ou mais em relação ao nível de escolaridade no ano de referência de 2010, 52,86% tinham o ensino fundamental completo, 35,97% possuíam o ensino médio completo e 8,82%, o superior completo. Em 2021 tinham apenas 0,38% com ensino médio completo e 2,76% com ensino superior completo. Podemos ver nesses dados a redução dessa faixa etária nas escolas que podem ser em função da necessidade do trabalho.

Rede de Ensino no Município

Dados do Censo Escolar/INEP (2021), revelam que Candeias possui 62 escolas públicas e privadas e 15.057 estudantes matriculados, estão assim distribuídos:

Tabela 28 – Matrículas por anos

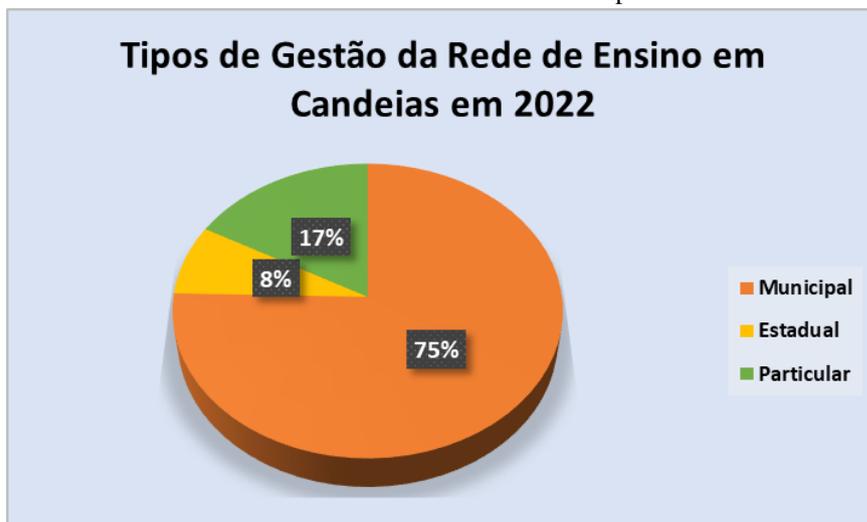
Matrículas em creches	1.009 estudantes
Matrículas em pré-escolas	1.403 estudantes
Matrículas anos iniciais	4.435 estudantes
Matrículas anos finais	3.888 estudantes
Matrículas ensino médio	2.894 estudantes
Matrículas EJA	1.050 estudantes
Matrículas educação especial	378 estudantes

Fonte: Censo Escolar/INEP

Quanto a gestão dos estabelecimentos de ensino: 75% são da rede municipal; 17% são escolas particulares; 8% compõem a rede estadual e não existe rede federal no Município.



Gráfico 13 - Tipo de Gestão



Fonte: Censo Escolar/INEP

As escolas do municípios estão assim distribuídas de acordo com o nível de ensino:

3.3. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho

A profissionalização e a proteção no trabalho, fazem parte dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, expressos no artigo 227 da Constituição Federal. O Capítulo V do ECA dispõe sobre esse direito, normatizando a formação técnico-profissional e os aspectos que devem ser observados.

O adolescente a partir de 14 anos pode ingressar no mercado de trabalho na condição de aprendiz, com restrição ao trabalho insalubre, noturno e perigoso.

Após os 16 anos o jovem pode iniciar a vida profissional com todas as garantias trabalhistas e previdenciárias estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), respeitando sempre sua condição de pessoa em desenvolvimento.

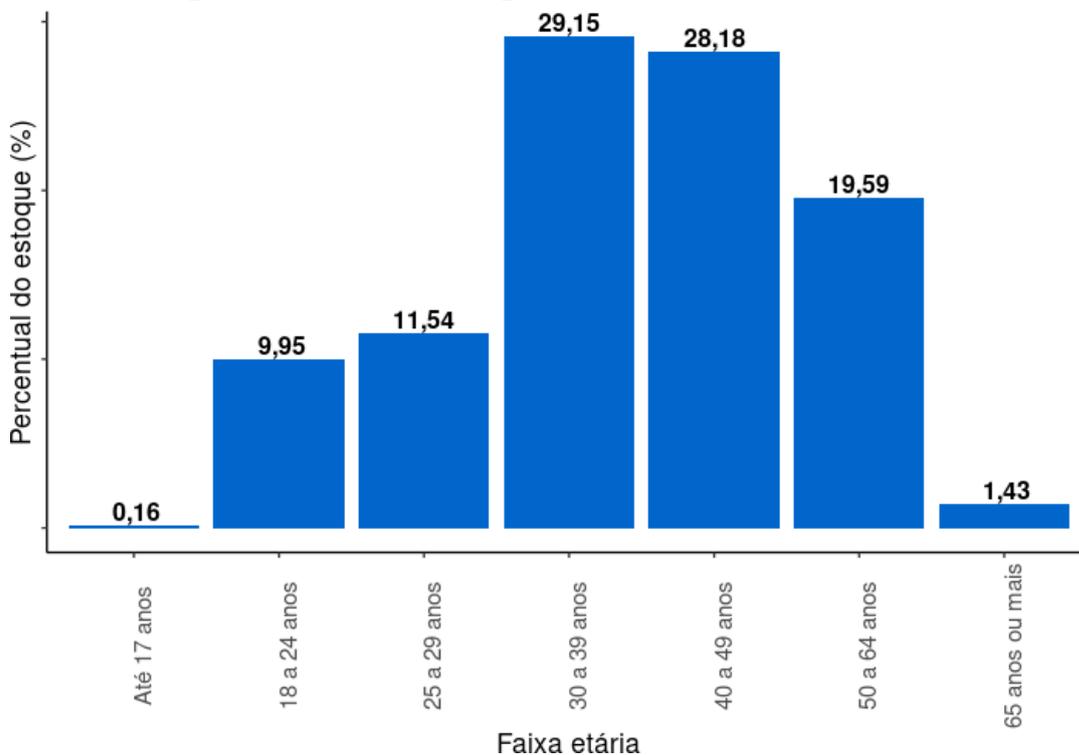
3.3.1 Taxa de Ocupação de 10 a 14 anos

Os dados do Censo 2010 revelam que o município de Candeias possuía uma taxa de atividade de 10 a 14 anos de 8,75% de crianças e adolescentes ocupados.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) temos o gráfico das pessoas ocupadas em Candeias, por faixa etária. Na faixa até 17 anos tivemos um indicador de 0,16% da população ocupada. A remuneração nessa faixa etária é de R\$760,66, abaixo do salário mínimo.

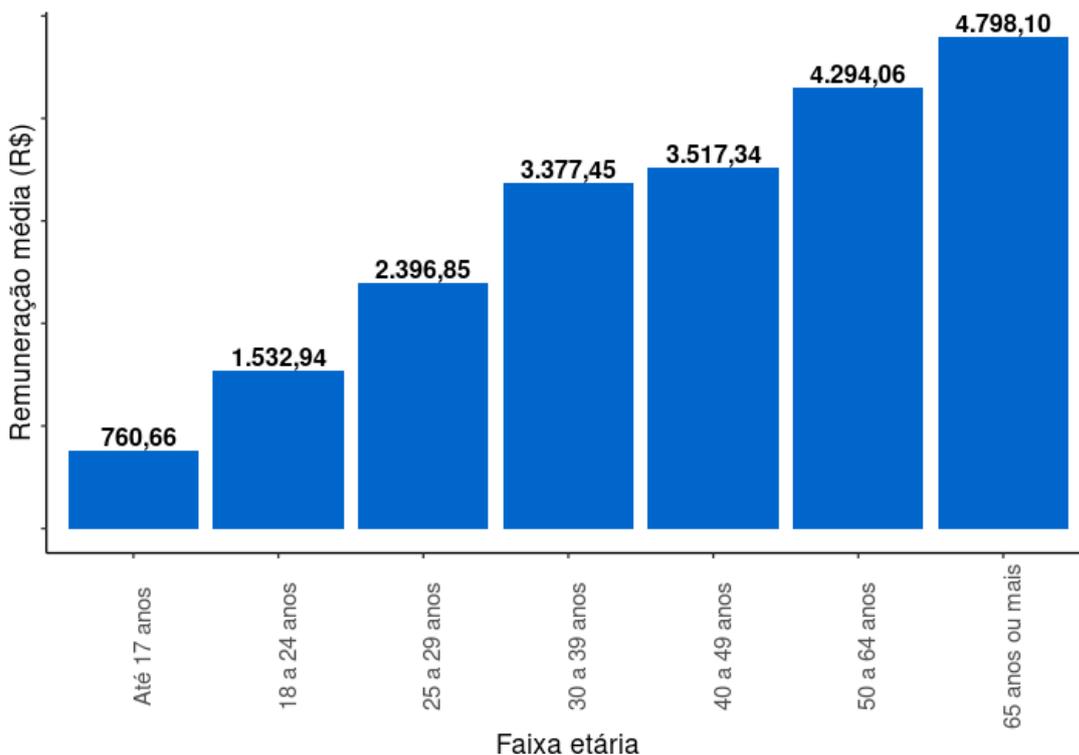


Pessoas Ocupadas em Candeias, por Faixa Etária.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Remuneração nominal média por faixa etária - 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).



Tabela 29 - Nível de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade

Pessoas de 10 a 17 anos de idade ocupadas	12.030
Taxa População ocupada sobre a população total	19,9%
Nº total de crianças ocupadas entre 10 e 14 anos	671
Taxa de ocupação de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos (%)	8,75 %
Nível das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos	9,8%

Fonte: IBGE

Segundo os dados do Censo 2010, 671 crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos de idade estavam no mercado de trabalho., correspondendo a 8,75% Conforme acima explicitado, na legislação nacional, o trabalho, nessa faixa etária é permitido apenas na condição de aprendiz. Ainda que não tenhamos os dados de jovens aprendizes com certeza a proporção em relação ao total de ocupados no Censo deve ser muito pequena, o que aponta para um contingente grande de adolescentes em situação irregular de trabalho.

Em relação a faixa etária entre 10 e 17 anos, representada no Censo 2010, 9,8% se encontravam ocupados na semana de referência. A aprendizagem não é a única modalidade de ocupação legal para essa faixa etária, sendo possível a contratação pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, não há como garantir que os jovens ocupados estejam contratados dentro de todos os trâmites legais.

Tabela 30 - Seção de Atividade

Tipo de Atividade exercida por pessoas de 10 a 17 anos	Quantidade
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	89
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	308
Outras atividades	311
Total	708

Fonte: IBGE

Os tipos de atividades exercidas por pessoas de 10 a 17 anos são variadas sendo a mais procurada a área de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas com 308 adolescentes. Considerando todos os dados acima é necessário inferir que as crianças e adolescentes do município estão vulneráveis à exploração do trabalho infantil.

3.3.2 Violação de Direito: Exploração do Trabalho Infantil

A exploração do trabalho infantil é toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes com menos de 16 anos de idade, exceto a partir dos 14 anos de idade na condição de aprendiz. A partir dos 16 anos a permissão é parcial, exceto as atividades



proibidas: as noturnas, insalubres, perigosas e penosas (Decreto nº 6.481/2008 - Lista das piores formas de trabalho infantil).

Tabela 31 - Crianças e adolescentes ocupadas – CadÚnico 2022/2023

Nº de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (set. 2023)	15.404
Quantidade de famílias com marcação de trabalho infantil	03
Taxa de cadastramento de trabalho infantil (%)	0.02%
Quantidade de crianças e adolescentes até 15 anos com marcação trabalho infantil	03
Nº de casos de trabalho infantil de 10 a 14 anos no Censo 2010 em relação a casos registrados no CadÚnico	671
Taxa dos casos de trabalho infantil de 10 a 14 anos no Censo 2010	8,75 %

Fonte: IBGE 2010 e Cad. Único

Apesar dos dados serem de períodos diferentes, há uma diferença significativa entre os dados de crianças e adolescentes ocupados no Censo 2010 (671) e os registrados no Cad. Único, que só teve 03 registros. A diferença entre o Censo 2010 e o registro das famílias por trabalho infantil no Cad. Único reflete a necessidade de reforçar a busca ativa de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, garantindo o acesso dessas famílias a proteção social a elas devida pelo Estado.

3.4. Direito à Convivência familiar e comunitária

A Convenção sobre o Direito da Criança (ONU, 1989) afirma, em seu preâmbulo, que “convencidos que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade”.

Os Estados partes, signatários da Convenção sobre o Direito da Criança, devem criar mecanismos de proteção à família, de forma a garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

A Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), estabelecem no Brasil essa obrigatoriedade de proteção a família por parte do Estado. A convivência familiar e comunitária é, portanto direito fundamental de crianças e adolescentes, estabelecido pelo artigo 227 da Constituição Federal e pelo artigo 19 do Estatuto da Criança e do adolescente.

As condições de vulnerabilidades em que vivem as famílias afetam diretamente a qualidade do desenvolvimento de crianças e adolescentes no município. O Censo (2010) apontou que 38,35% da população entre 15 e 24 anos não estudam e nem trabalham, bem como são vulneráveis à pobreza e que 3,47% das pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza são dependentes da renda dos idosos.



Segundo o Censo, 2010, as famílias de Candeias estavam assim distribuídas quanto a sua configuração.

Tabela 32 - Configurações familiares da famílias Conviventes em domicílios

Casal sem filhos	287
Casal com filhos	328
Mulher sem cônjuge e com filhos	1.469

Fonte: IBGE

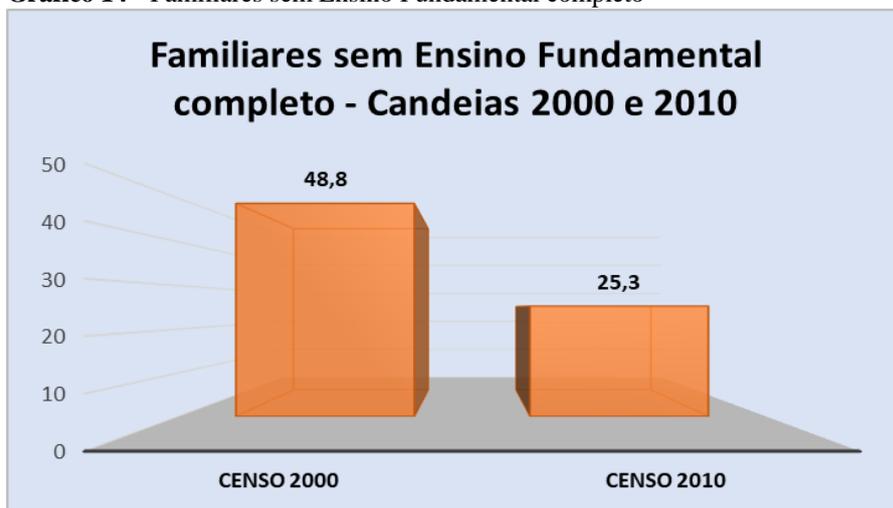
O grande contingente de mulheres que criam seus filhos sozinhas deve merecer atenção especial das políticas públicas do município.

Das famílias em situação de extrema pobreza, 6,4% residem na área rural e aproximadamente 93% na área urbana. Entretanto, na área rural há menos políticas específicas.

Sabendo o quanto a escolaridade é um fator de acessão social e interfere na qualidade de vida, analisamos o nível de escolarização dos adultos, visto que estes são os responsáveis pela proteção e cuidado das crianças e adolescentes.

Entre os censos de 2000 (48,82%) e 2010 (25,30%), houve uma redução na porcentagem de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo. Indicando uma melhoria na qualidade de vida das famílias, porém ainda temos um índice bastante elevado.

Gráfico 14 - Familiares sem Ensino Fundamental completo



Fonte: IBGE

Vulnerabilidade

A situação da vulnerabilidade social em Candeias em 1991, 2000 e 2010 apresentou indicadores nas áreas de criança e jovens, família, trabalho e renda e condição de moradia. A mortalidade infantil reduziu nessas duas décadas passando de 76,28% em 1991 para 15,80% em 2010.



Todos os indicadores de crianças fora da escola reduziram especialmente na faixa de 6 a 14 anos que passou de 20,17% em 1991 para 2,44% em 2010. Ressaltamos neste indicador de % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza que em 2000 era 30,14%, aumentou em 2010 para 38,35%. O indicador de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos na década de 1991 para 2010 sofreu alternâncias, ou seja, aumentou de 1991 de 2,80% para 4,91% em 2000 e em 2010 reduziu para 3,42% mas ainda ficou superior a 1991.

No indicador da família tivemos o % de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos que passou de 20,29% em 1991 para 15,18% em 2010.

O percentual de domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos passou de 2,89% em 1991 para 3,47% em 2010 e o % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal em 2010 foi de 33,18%.

Tabela 33 - Vulnerabilidade Social

Vulnerabilidade Social – Município de Candeias - BA			
Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	76,28	38,73	15,80
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	64,31	53,00
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	20,17	3,82	2,44
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	30,14	38,35
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,80	4,91	3,42
Família			
% de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos	20,29	25,40	15,18
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	2,89	3,42	3,47
% de crianças com até 14 anos extremamente pobres	31,18	24,37	10,32
Trabalho e Renda			
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	51,23	33,18
Condição de Moradia			
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitários inadequados	13,06	7,87	2,87

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



O IBGE (2018), em sua publicação “Síntese de Indicadores Sociais- Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira”, analisando a pesquisa realizada em 2010, revela o aumento da pobreza no Brasil, que subiu de 25,7% para 26,5% em um ano.

Um dos grupos mais vulneráveis é o composto por pessoas que moram em domicílios cujo responsável é mulher sem cônjuge com filhos até 14 anos de idade, apontando que o índice de pessoas que vivem nessa situação no Brasil é de 56,9%. Se a família monoparental é chefiada por mulher preta ou parda, a incidência de pobreza cresce para 64,4%.

Neste sentido, as políticas públicas devem estar voltadas para as famílias monoparentais, sendo o recorte de gênero e etnia importante para a garantia da convivência familiar de crianças e adolescentes de famílias com esse perfil.

4. Sistema de Garantia de Direitos

4.1. Rede de atendimento socioassistencial

com: A rede de atendimento socioassistencial à criança e ao adolescente Candeias conta

- 01 Conselho Tutelar
- 01 (um) Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS
- 03 (cinco) Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, localizados nos bairros Malembá; Nova Candeias – Centro e Caroba.
- 01 acolhimento para crianças e adolescentes: Casa lar atende crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos incompletos.
- 01 (um) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. - Centro POP

Os serviços socioassistenciais governamentais, visitados, afirmaram oferecer orientação e apoio sociofamiliar às famílias, através de atendimento e acompanhamento. Afirmaram que o serviço está pautado na centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política da Assistência Social. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado e tem uma de suas bases organizacionais a matricialidade sócio-familiar. É necessário que o Estado ofereça a proteção social às famílias, de forma a garantir a sua sobrevivência e o acolhimento de suas necessidades.

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, dentre outras finalidades, tem como finalidade oferecer atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes que cometeram ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)⁵.

⁵ Prestação de Serviços à Comunidade consiste na realização de atividades gratuitas de interesse geral, por período não superior a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários governamentais.



4.1.1. Serviços e Programas de Proteção Básica existentes no município, seguindo as modalidades de atendimentos oferecidas.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é dividida em Proteção Básica e Proteção Especial.

A Proteção Básica é o dispositivo da Assistência Social que trabalha com as famílias em situação de vulnerabilidade social, de forma preventiva ao agravamento dos riscos sociais e às situações de violações de direitos. O Bolsa Família beneficiou diretamente, no mês de setembro de 2023 a pessoas

Com base nos dados do Cadastro Único, em setembro de 2023 havia, em Candeias, 15.404 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 33.718 pessoas beneficiadas.

Em relação as condicionalidades do PBF sobre a frequência escolar, em julho de 2023 das 10.956 crianças e adolescentes que deveriam ser acompanhadas, foram acompanhadas 96,95%. Esse é um resultado bom, desde quando a média nacional é de 76,2%. Mesmo com um bom indicador, é fundamental que o gestor municipal do PBF conheça e se articule com o coordenador municipal do PBF na Educação, que é o responsável técnico por esse acompanhamento na Secretaria Municipal de Educação.

Quanto à Saúde, o município atingiu a cobertura de 93,43% da cobertura no acompanhamento dos 20.888 beneficiários que tinham essa condicionalidade. O percentual do País é de 79,71%, portanto o desempenho de Candeias, acima da média nacional, é muito bom. Mantém-se a mesma orientação acima sobre a articulação que deve ser contínua entre o gestor do PBF e o responsável técnico no acompanhamento do PBF, na Secretaria Municipal de Saúde. O registro das gestantes deve ser feito mensalmente para verificar as elegíveis ao Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG).

O gestor municipal do PBF, os técnicos responsáveis pelo Programa nas Secretarias Municipal de Saúde e Educação devem estar constantemente articulados para uma rápida identificação de dificuldades que as famílias possam estar enfrentando, bem como a superação das mesmas.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são equipamentos onde as famílias recebem os atendimentos e acompanhamento psicossociais e participam das diversas atividades do CRAS como palestras, programas municipais, Grupos e Roda de Conversa.

4.1.2. Serviços e Programas de Proteção Especial existentes no município, seguindo as modalidades de atendimentos oferecidas.

A Proteção Especial atende famílias e indivíduos que já se encontram com situações de violações de direitos, risco social e pessoal e com vínculos afetivos e comunitários fragilizados ou rompidos.

A Proteção Especial de Média Complexidade, está relacionada com indivíduos e famílias que tem os vínculos fragilizados e a Proteção Especial de Alta Complexidade, com vínculo já rompidos.



Abaixo serão apresentados os dados sobre os atendimentos, por tipo de violação e medida socioeducativa, no ano de 2022.

PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

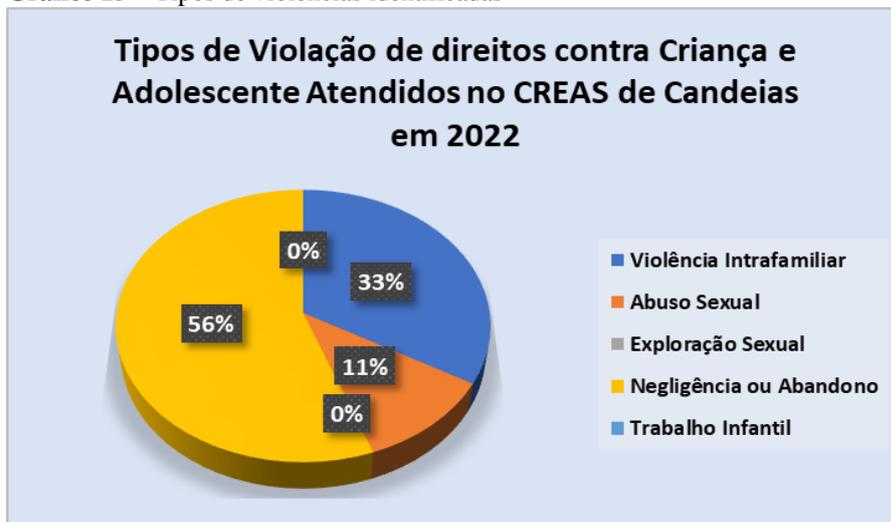
1. Situações de violações de direitos atendidas no PAEFI (Dados sistematizados no Relatório de Monitoramento de Atendimento - RMA e no Relatório de Acompanhamento Físico - RAF)

Tabela 34 - Tipos de violências identificadas

Tipos de Violação de direitos contra criança e adolescente	Total
Violência Intrafamiliar	03
Abuso Sexual	01
Exploração Sexual	00
Negligência ou Abandono	05
Trabalho Infantil	00
TOTAL	09

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – RMA CREAS

Gráfico 15 – Tipos de violências identificadas



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – RMA CREAS

Analisando os dados acima apresentados, nota-se que a maior violação sofrida pelas crianças e adolescentes candeenses está relacionada a negligência ou abandono, responsável por 56% dos casos de violações de direitos em 2022. A violência intrafamiliar é a segunda maior violência contra criança e adolescente (33%); seguida por abuso sexual (11%). O trabalho infantil não apresentou nenhum caso acompanhado pelo CREAS.

Considerando que as três maiores categorias de violações de direitos tem relação direta com as relações familiares é necessário fortalecer o trabalho social com famílias. Além de fazer uma profunda reflexão sobre o conceito de “negligência”, visto que, na maioria das vezes, o que é categorizado como negligência da família, são atitudes ou ausência de direitos que estão além das condições da família. Em casos como esses o Estado deverá prover a família todas as condições para que possa proteger seus filhos. O indicador “abuso sexual”,



mereceria uma diferenciação na sistematização quanto ao abuso intrafamiliar e extrafamiliar, para se compreender a real dimensão do problema.

2. Adolescentes em Medida Socioeducativa

Conforme tabela abaixo, a maioria dos adolescentes que cometeram ato infracional e que receberam medida socioeducativa sem restrição de liberdade, deve cumprir medida de Liberdade Assistida, sendo estes 100% dos casos. Do total de 06 adolescentes com medida socioeducativa no ano de 2022, somente 03 (50%) estão em acompanhamento pelo CREAS, porque 03 evadiram do acompanhamento. A capacidade de atendimento do CREAS a esses casos, seja por limites da equipe técnica ou de infraestrutura, deve ser um ponto de preocupação para os gestores públicos locais. O não acompanhamento à esses meninos e meninas pode deixá-los vulneráveis a cometerem outros atos em conflito com a lei, inclusive de maior poder ofensivo, acarretando medida de privação de liberdade.

ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Tabela 35 - Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas

Especificações	Total
Total de adolescentes em cumprimento de MSE - LA e PSC	06
Quantidade de adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida	06
Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade	00

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – RMA CREAS

Adolescentes Inseridos no Acompanhamento de MSE

Tabela 36 Novos Adolescentes Inseridos no Acompanhamento de MSE

Especificações	Total
Total Novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e PSC) inseridos em acompanhamento	06
Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento	06
Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento	00

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – RMA CREAS



2. CENTRO POP:

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Problema / Fenômeno Social da situação de rua. O público alvo atendido é heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Além disso, que utiliza o espaço público “logradouros” (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas, como moradia temporária e de sustento.

Das pessoas em situação de rua abordadas em 2022 tem o seguinte perfil: a maioria são homens, na faixa etária de 18 a 39 anos, cursaram o Fundamental, estão desempregados ou trabalham no mercado de trabalho informal e a maioria moram em Candeias e recebiam o benefício do Auxílio Brasil -PAB. Do total de 238 pessoas em situação de rua em 2022 foram identificadas 01 criança e 03 adolescentes.

Total Crianças e Adolescentes em Situação de Rua Atendidas no Centro POP

Tabela 37 - Crianças e adolescentes em situação de rua

Crianças e adolescentes em situação de rua atendidas no Serviço por faixa etária	Total
0 a 12 anos	01
13 a 17 anos	03

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – RMA Centro POP

PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Os serviços que compõem a Proteção Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem a proteção integral a indivíduos ou famílias que se encontram com necessidade de moradia. Esses serviços são os de acolhimento institucional; acolhimento em república, acolhimento em família acolhedora e serviços de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

O município de Candeias, possui 01 equipamento de acolhimento institucional na modalidade de Casa Lar, destinada a crianças e adolescentes de ambos os sexos de 0 a 18 anos incompletos.

Não existem no município o Serviço de Família Acolhedoras e o Serviço de Acolhimento em Repúblicas.

Abaixo segue a sistematização da Casa lar, quanto ao funcionamento em 2022 e ao tipo de violência sofrida pela criança ou adolescente que motivo seu abrigamento.



1. Resumo de Funcionamento da Casa Lar em 2022

Tabela 38 – Resumo 2022 Casa Lar

Crianças e adolescentes que deram entrada no Abrigo durante o ano de 2022 10	Total de atendimentos às crianças e adolescentes e Famílias em 2022 149
Visitas Domiciliares Realizadas em 2022 55	Total de Crianças e adolescentes em 31 de dezembro de 2022 09
Saída por Integração à Família Extensa: 6	Saída por Adoção: 01

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – RMA Casa Lar

2. Tipos de violência sofrida:

Tabela 39 - Tipos de Violências

Tipos de Violências sofridas por crianças e adolescentes (motivos do acolhimento)	Total
Violência Psicológica	01
Negligência	07
Abandono	02
Total	10

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – RAF Casa Lar

Gráfico 16 - Motivos do Acolhimento



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – RAF Casa Lar



No ano de 2022, foram acolhidas 10 crianças e adolescentes na Casa lar de Candeias. O maior índice de violência sofrida por esses meninos e meninas está classificada como negligência (70%). No entanto, é importante aprofundar o conceito de negligência e se assegurar se as situações sofridas pelas crianças e adolescentes não estavam fora das possibilidades de proteção da família, o que aponta para o dever do Estado de ofertar a família apoio e proteção para que cumpra o seu papel.

O índice de reintegração à família extensa (06) e 01 adoção demonstra que o investimento em visitas domiciliares para acompanhamento no ano de 2022, obteve bons resultados.

Análise e Indicação das capacidades básicas que devem ser aprimoradas no conjunto da rede de socioassistencial

1) Conhecimento do problema e sua manifestação no público alvo:

A rede socioassistencial possui equipes multidisciplinares preparadas para atender os beneficiários. Essas equipes recebem capacitações no sentido de melhor se qualificarem para o atendimento ao público.

Nos atendimentos às crianças, adolescentes e famílias, as equipes, em geral, realizam palestras e, quando necessário, fazem atendimentos individualizados.

2) Capacidade de alcançar públicos atingidos por violações de direitos:

O CREAS, dentro da rede socioassistencial, é o equipamento da Assistência Social que atende crianças e adolescentes que já sofreram algumas violações de direitos e que se encontram com os vínculos familiares e comunitários fragilizados.

O CREAS realiza atividades, palestras e campanhas, informando a comunidade, em maneira geral, sobre seus direitos.

3) Capacidade de trabalho em rede:

Os programas e serviços governamentais e não-governamentais possuem uma boa relação e se mantêm em constante contato, sempre que necessário. Os órgãos do Sistema de Garantias e Direitos se articulam entre si. As equipes entrevistadas, não relataram deficiência na comunicação da rede.

4) Capacidade de acolhimento:

O acolhimento, como base do atendimento da rede socioassistencial, é realizado de forma personalizada, de acordo com as demandas individuais. As equipes buscam conhecer a realidade de cada família atendida.

O primeiro acolhimento permite que as equipes conheçam a demanda do usuário e realizem os encaminhamentos necessários para a resolutividade da problemática apresentada pela família.



5) Qualidade do atendimento:

A qualidade dos programas e projetos seguem metodologias e técnicas orientadas pelo SUAS.

6) Capacidade de prevenção:

Os serviços entrevistados informaram que utilizam de palestras como ferramenta para informar e esclarecer as dúvidas dos usuários quanto a seus direitos e obrigações.

A rede socioassistencial realiza campanhas que já se encontram no calendário anual do município.

7) Capacidade de promover o protagonismo:

A perspectiva do protagonismo infantojuvenil ainda precisa ser mais ampliada na rede socioassistencial de Candeias. São poucas as instituições oferecem metodologias que contemplem o protagonismo de crianças e adolescentes.

4.2. CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar (CT) é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme o ECA. Ele age sempre que os direitos de crianças e adolescentes são ameaçados ou violados pela sociedade, pelo Estado, pelos pais ou responsáveis ou em razão da conduta da própria criança ou adolescente. A violação dos direitos pode ocorrer por ação ou por omissão no cumprimentos dos direitos assegurados no ECA.

Para que possa desenvolver com mais eficiência o seu trabalho, o CT precisa entender o porque e como acontece cada tipo de violação, e em seguida, aplicar medidas de proteção que possa reverter cada situação. Na maioria das vezes, esse trabalho é provocado por meio de uma denúncia. Muitas vezes, se estiver sintonizado com os problemas no município, o CT pode se antecipar à denúncia e perceber situações de ameaças, realizando ações preventivas, tais como palestras e campanhas.

Não recebemos dados estatísticos do Conselho Tutelar.

4.3. Competências dos órgãos de Segurança Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário

A Segurança Pública (Polícia Militar e Polícia Civil), o Ministério Público e o Poder Judiciário são instâncias importantes de informação e cooperação para o diagnóstico.

É a polícia que faz, geralmente, o primeiro contato com o adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional ou com crianças ou adolescentes vitimizados por atos violentos.



A Polícia Militar, no exercício de sua atribuição de policiamento ostensivo e preventivo, mantém um registro das ocorrências atendidas e demandadas em suas operações, inclusive daquelas que apresentarem o envolvimento de crianças e adolescentes.

Compete à Polícia Civil receber as crianças e os adolescentes apreendidos, fazer o encaminhamento devido das crianças e adolescentes para o Ministério Público. Ela prepara relatórios, faz as investigações necessárias e procede de acordo com as suas atribuições com relação às infrações penais de sua competência, dentre elas as que são cometidas contra crianças e adolescentes.

Ao Ministério Público compete, além das atribuições previstas no ECA (artigo 201), promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes; conceder a remissão como forma de exclusão do processo; representar à autoridade judiciária para a aplicação de medida socioeducativa; promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos, relativos à infância e à adolescência; e instaurar procedimentos administrativos.

Ao Poder Judiciário incumbe, além de outras atribuições previstas no ECA (artigo 148): conhecer as representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis; conceder a remissão como forma de suspensão ou extinção do processo; conhecer as ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis; aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra normas de proteção a crianças ou adolescentes.

Atos infracionais cometidos por crianças ou adolescentes

O ato praticado por criança ou adolescente análogo a crime ou contravenção penal é qualificado como ato infracional. Quando praticado por criança, é da competência do Conselho Tutelar e cabe medidas de proteção, conforme dispõe o artigo 101 do ECA. Quando o ato infracional é praticado por adolescente, é da competência da Segurança Pública, do

Ministério Público e da Vara da Infância e da Juventude, com vistas à aplicação de medida socioeducativa, que poderá ser acumulada com medida de proteção.



5. Síntese - Diagnóstico do Trabalho Infantil –2022/ 2023

O relatório do “Diagnóstico do Trabalho Infantil, Candeias” (2022/2023):

SÍNTESE DO MAPEAMENTO DOS DADOS SECUNDÁRIOS

A primeira fonte de dados secundário foram os dados dos Agentes de Saúde. O município de Candeias possui 94 (noventa e quatro) agentes comunitários de saúde. Foram aplicados 50 (cinquenta) questionários, o que representa mais de 50% dos profissionais do município.

Também foram fontes dos dados secundários: o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social e suas unidades: CRAS CENTRO, MALEMBÁ E CAROBA, CADASTRO ÚNICO, CREAS – MSE, CREAS- PAEFI, CENTRO POP, CASA LAR.

A Secretaria Municipal de Educação também foi pesquisada. Para esta secretaria .apesar de não haver comprovação, houve conformidade quanto a existência de indícios de trabalho infantil no município, porém não existem projetos que visem o combate deste tipo de trabalho. Os questionários também foram aplicados, nas escolas Professor Dário José de Souza, Paulo VI e Alfredo Sena que ensinam exclusivamente o ensino fundamental 2 e na Escola Yeda Barradas que atende alunos desde a educação infantil até o ensino fundamental 2.

Ainda no destaque das fontes dos dados secundários temos: a Secretaria Municipal da Juventude, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Emprego e Renda, Secretaria de Esporte e Lazer.

Dos dados mapeados podemos identificar que a existência da situação de trabalho infantil no município ainda não tem o reconhecimento de toda a rede de proteção, é nítida a naturalização do trabalho infantil, observando os diálogos entre estes profissionais. As desigualdades sociais, no Brasil, são gritantes e isto tem feito com que muitas sejam as justificativas, para o trabalho infantil. Em muitas situações, esta situação ocorre pela necessidade de aumentar a renda da família, visto que a pessoa responsável por prover suas necessidades não têm conseguido dar conta de tanta responsabilidade com tão pouco dinheiro. Existe também uma enorme preocupação com o tempo livre das crianças e adolescentes, no contra turno da escola, visto que o tráfico de drogas nas comunidades, recruta crianças e adolescentes para este “fim”. Ainda há casos com a formação da criança e do adolescente para que tenham capacidade de ter uma profissão na vida adulta.

Formas de trabalho infantil, encontradas na Área Urbana:

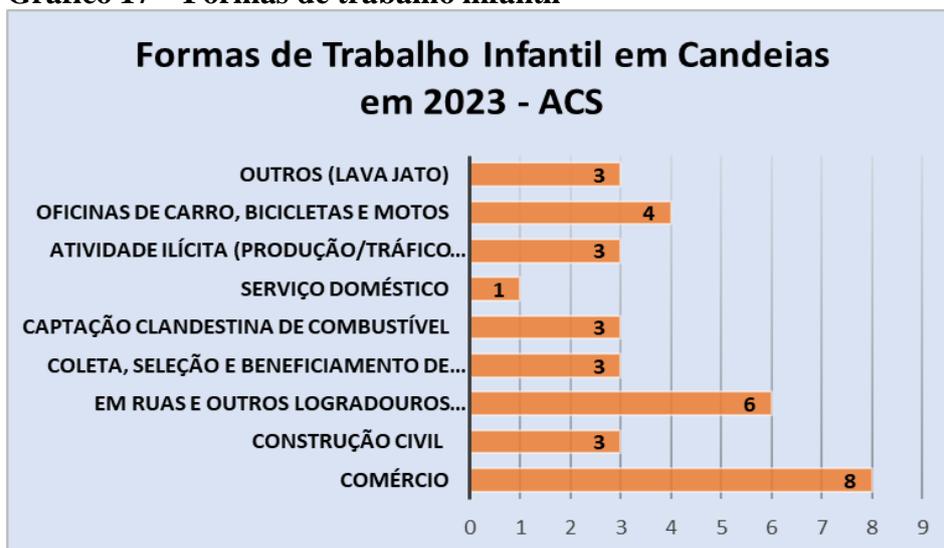
Tabela 40 Formas de trabalho infantil

Formas de trabalho infantil na área urbana	Quantidade
Comércio	08
Construção Civil	03
Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, feira livre, vigias de carros, entre outros)	06



Coleta, seleção e beneficiamento de lixo e/ou “Ferro Velho”	03
Captação clandestina de combustível	03
Serviço doméstico	01
Atividade Ilícita (produção/tráfico de drogas)	03
Oficinas de carro, bicicletas e motos	04
Outros (lava jato)	03

Gráfico 17 – Formas de trabalho infantil



De acordo com informações, dos Agentes Comunitários de Saúde, a forma de trabalho infantil, com maior incidência, na área urbana, é o comércio, com 8 (oito) identificações, seguido pelo trabalho em ruas e outros logradouros públicos, com 06 (seis) citações. Em 3º lugar está o trabalho em oficinas de carro, bicicletas e motos, com 04 (quatro). O trabalho infantil na construção civil, na coleta, seleção e beneficiamento de lixo e/ou ferro velho, na captação clandestina de combustível, em atividade ilícita produção/tráfico de drogas e em outras atividades (lava jato), ocupam o 4º lugar nesta estatística, com 03 (três) indicações, cada modalidade.

Não houve nenhuma pontuação de trabalho infantil, na área urbana, nas atividades de agricultura, carga e descarga de alimentos e exploração sexual.

Formas de trabalho infantil, encontradas na Área Rural:

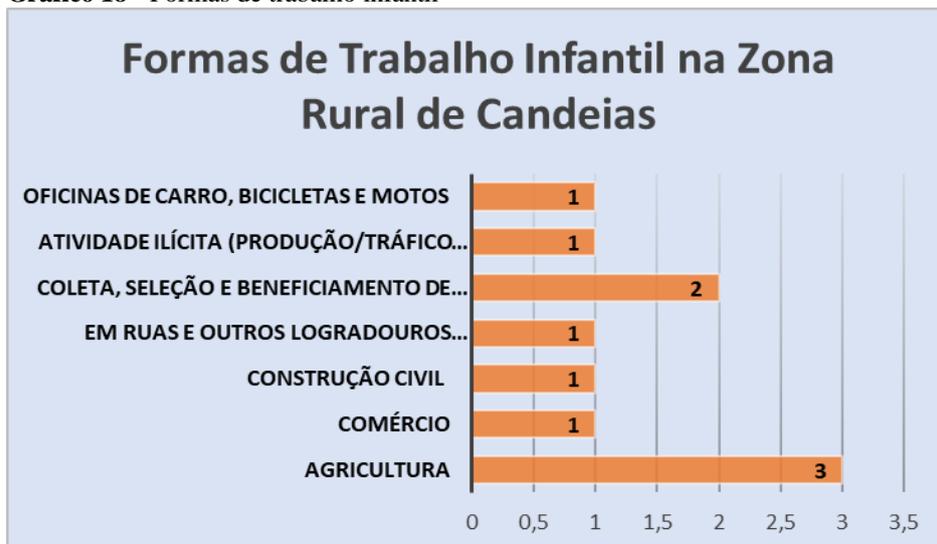
Tabela 41 Formas de trabalho infantil

Formas de trabalho infantil na zona rural	Quantidade
Agricultura	03
Comércio	01
Construção Civil	01
Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante,	01



feira livre, vigias de carros, entre outros)	
Coleta, seleção e beneficiamento de lixo e/ou “Ferro Velho”	02
Atividade Ilícita (produção/tráfico de drogas)	01
Oficinas de carro, bicicletas e motos	01

Gráfico 18- Formas de trabalho infantil



Na área rural, o tipo de trabalho infantil que predomina, é a agricultura, com 03 (três) referências, seguido pela coleta, seleção e beneficiamento de lixo e/ou ferro velho, com duas indicações. O trabalho infantil no comércio, na construção civil, em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, feira livre, vigias de carro entre outros), a atividade ilícita de tráfico de drogas e em oficinas de carro, bicicleta e motos, ocupam o 3º lugar, neste cenário, com uma pontuação cada modalidade, destas.

Captação clandestina de combustível, carga/descarga de alimentos, serviço doméstico, exploração sexual e outros (lava jato), são modalidades de trabalho infantil, que não foram citadas por nenhum agente comunitário de saúde, que atua, na área rural.

Observou-se maior incidência de trabalho infantil na área urbana do município de Candeias do que na área rural, sendo que enquanto o trabalho no comércio, predomina na cidade, nos distritos o trabalho de crianças e adolescentes, ainda é liderado pela agricultura.

RESULTADOS DO MAPEAMENTO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Ainda no intuito de melhor identificar a situação de trabalho infantil, foram mapeados os seguintes dados junto a POPULAÇÃO do município na feira livre e adjacências, a partir de questionários aplicados no Centro de Abastecimento de Candeias e entorno, sendo priorizados os dias de sexta e sábado, quando há uma maior movimento, pois durante a semana nem todas as bancas da feira, são abertas e poucas crianças e adolescentes se encontravam, no local.

Nos sábados, a feira estava funcionando com 100% das bancas abertas e nos arredores da feira também encontramos muitas bancas móveis montadas, e lonas estendidas, no chão, vendendo frutas, verduras e temperos, além de carrinhos de mão, circulando, que também vendiam uma diversidade de produtos de hortifruti.



Além da venda de mercadorias, percebe-se que existe uma movimentação de outras atividades, como carroto, lava-jato e estacionamento, que se sustentam com o movimento do final de semana.

Foram identificadas 30 (trinta) crianças e adolescentes, sendo: registro de 03(três) crianças na faixa etária entre 07 e 11 anos, destaca-se também que a faixa etária com maior incidência de trabalho infantil no centro de abastecimento e imediações, foi a que compreende pessoas de 12 a 18 anos.

Entre o público identificado, 09 (nove) são do sexo feminino e 21 (vinte e um), do sexo masculino. Levando em consideração, a cor/raça, 19 (dezenove) são pretas, 11 (onze) pardas e não houve ninguém que se autodeclarasse branca, indígena ou amarela. No quesito moradia, 23 (vinte e três) residem na zona urbana e 07 (sete), na zona rural.

ACESSO À ESCOLA

Entre as crianças e adolescentes identificados no Centro de Abastecimento e adjacência, apenas um afirmou não ter acesso à escola. Os demais, predominantemente, cursaram o ensino fundamental, no ano de 2022, sendo que 02 (dois) dos que frequentaram a escola eram ensino fundamental I, e estudavam no 5º ano. Das 26 (vinte e seis) crianças e adolescentes restantes que cursaram o ensino fundamental II, 02 (dois) cursavam o 6º ano, 03 (três) cursavam o 7º ano, 10 (dez) estudavam no 8º ano e 11 (onze) estavam concluindo, o período, frequentando o 9º ano. Só foi encontrado, um aluno, que havia ingressado, no ensino médio em 2022.

Entre os estudantes, 10 (dez) estavam no turno matutino e 19 (dezenove) no turno vespertino. Entre os 30 (trinta) identificados e analisando a frequência escolar apenas 24 (vinte e quatro) afirmaram frequentar a escola regularmente.

Entre os que tem irregularidade na frequência escolar, 05 (cinco) dizem que a pobreza e condição econômica desfavorável da família, é o que dificulta seus estudos e o único que afirma não ter acesso à escola, assegura que o conflito na comunidade é o que o impede de estudar.

SITUAÇÃO FAMILIAR

Levando em conta a estrutura familiar, das 30 (trinta) famílias de crianças e adolescentes, identificados no Centro de Abastecimento, 21 (vinte e uma) têm a mãe como responsável, sendo que 15 (quinze) são chefiadas, exclusivamente, pela mãe, em 05 (cinco) famílias a mãe compartilha a responsabilidade, com o pai e 01 (uma) família a responsabilidade da mãe é dividida com o tio, da criança ou adolescente.

Em 07 (sete) famílias, existe a presença da figura paterna, mas em apenas 02 (duas) famílias o pai é o único responsável pela criança e adolescente. Quatro núcleos familiares são chefiados pelos avós, sendo que em 02 (dois), existem apenas a figura feminina das avós como responsável.

Houve registro de apenas 01 (um) indivíduo tendo o irmão como responsável e 03 (três) crianças e adolescentes que têm o tio no mesmo núcleo familiar.



Destas famílias em que a responsabilidade familiar é compartilhada com os tios, em apenas uma a mãe está presente, nas demais os tios são os únicos responsáveis. Não houve caso de guardião ou curador com vínculo familiar.

Entre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Centro de Abastecimento, pouco mais da metade soube dar informações sobre o grau de escolaridade de seus responsáveis. 10 (dez) asseguram que seus responsáveis não tiveram acesso à escola, 06 (seis) afirmam que eles cursaram até o ensino fundamental I e apenas 01 (um) assegura que seu responsável cursou até o 1º ano do ensino fundamental II. Nenhum dos entrevistados citou que seus responsáveis concluíram o ensino fundamental II ou ingressaram no ensino médio.

No universo encontrado apenas 01 (um) indivíduo afirma que o seu responsável, que é seu tio, não mantém o sustento da família. Dos 29 (vinte e nove) que asseguram que seu responsável é quem mantém o sustento da casa, apenas 13 (treze) disseram que os demais integrantes da família colaboram com a despesa e 16 (dezesesseis) acreditam que o responsável sozinho consegue prover o sustento de todos.

A média de pessoas na mesma moradia é de 5,13 habitantes.

ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

No tocante ao acesso a políticas públicas poucos serviços são lembrados e/ou acessados pelas crianças e adolescentes e seus familiares. Entre os citados, o serviço de saúde é unanimidade, pois todos tem acesso. Em 2º lugar, está o serviço de educação, com registro de 29 (vinte e nove) estudantes matriculados e com frequência na rede de ensino municipal ou estadual. O CRAS ocupa o 3º lugar, com 23 (vinte e três) registros, os quais foram citados por conta do auxílio emergencial e bolsa família. O serviço de esporte e lazer, foi citado por 02 (dois) entrevistados. Os demais serviços não foram citados por nenhum das crianças, adolescentes e/ou familiar identificadas.

Quanto ao Cadastro Único, 17 (dezesete) famílias tem cadastro ativo, 10 (dez) não estão cadastradas e 03 (três) pessoas, não souberam informar. Porém na base do cadastro único do município só foi possível encontrar com marcação do item específico quanto a situação de trabalho infantil 03 famílias.

Das 30 famílias das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil encontradas no Centro de Abastecimento e adjacência, 12 (doze) são beneficiárias do bolsa família, 17 (dezesete), não recebem recurso do programa e 01 (um) diz que solicitou a inclusão no programa e está aguardando resultado da análise.

Entre os 30 (trinta), apenas 07 (sete) fazem alguma atividade no contra turno escolar. Destes 07 (sete) apenas 02 (dois) dizem conhecer as atividades esportivas, ofertadas pela Secretaria de Esporte e Lazer.

CONDIÇÕES DE ATIVIDADE DE TRABALHO INFANTIL

Todos as crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil no Centro de Abastecimento e adjacência desenvolvem trabalho infantil, na zona urbana.



Das atividades, de trabalho infantil, identificadas, na região, o trabalho em ruas e outros logradouros públicos encabeça esta lista com o registro de 27 (vinte e sete) casos. Dentro deste universo, 16 (dezesesseis) crianças e adolescentes foram encontrados no serviço de comércio ambulante, com a venda de frutas, verduras, tempero e/ou tempero verde, em pontos fixos, seja estas bancas fixas, bancas móveis ou lonas estendidas no chão; 03 (três) comercializando estes mesmos produtos, dentro de carrinhos de mão de forma itinerante e 08 (oito) meninos estavam fazendo carreto dentro e fora do centro de abastecimento. Em outras atividades, 01 (um) adolescente estava trabalhando com carga e descarga de caminhão e mais 02 (dois), lavando carros.

Dentre as crianças identificadas em situação de trabalho infantil, foi encontrada uma criança com deficiência auditiva (surda) trabalhando com um homem também deficiente auditivo (surdo) vendendo frutas, em uma lona no fundo do Centro de Abastecimento. Não foi possível entrevistá-los, pois não tinha intérprete da língua brasileira de sinais.

Das 30 (trinta) crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho infantil, metade estava sob a supervisão de um adulto, sendo que destes 11 (onze) tinham vínculo familiar com as crianças e adolescentes e os outros 04 (quatro) eram adultos que apesar de não possuir vínculo familiar, faziam parte da sua rede de apoio.

Ainda foi possível identificar que 09 (nove) crianças e adolescentes trabalham todos os dias da semana; 11 (onze) trabalham somente aos sábados; 03 (três) exercem alguma atividade laboral relacionada ao trabalho infantil aos domingos, e outros desempenham alguma tarefa nos demais dias da semana, sendo que a sexta-feira é o dia com maior incidência de trabalho infantil no Centro de Abastecimento de Candeias.

Quanto ao período do exercício do trabalho infantil no centro de abastecimento e entorno, 02 (dois) casos podem ser encontrados, somente pela manhã, 22 (vinte e duas) crianças e adolescentes trabalham em período integral e 06 (seis) intercalam esta atividade com outras em sua rotina semanal.

A maioria dos casos de trabalho infantil com as atividades exercidas em tempo integral, são de crianças e adolescentes que trabalham exclusivamente aos sábados. Porém todos garantem que o mais importante é estudar, que quando tem aulas, eles não deixam de estudar, para trabalhar.

A média de horas/semana que as crianças e adolescentes identificadas trabalham no centro de abastecimento e em áreas próximas é de 25,8 h/s.

Levando em conta o entendimento dos responsáveis que se encontravam presente, no momento da identificação, quanto ao trabalho de crianças e adolescentes, ninguém acredita que isto possa causar algum tipo de dano. 07 (sete) afirmam ser necessário para auxiliar na renda da família; 05 (cinco) asseguram ser algo positivo, por auxiliar na educação; 02 (dois) julgam ser importante, tanto para auxiliar na renda da família, quanto para auxiliar na educação e 01 (um) dos responsáveis enxerga o trabalho infantil, como algo importante, que além de auxiliar na educação por direcionar a criança para uma profissão, também ajuda a manter a criança protegida, longe do assédio do tráfico, *“porquê sozinha em casa a criança estaria mais vulnerável”*.



Na parte externa do Centro de Abastecimento notamos que só adultos trabalham como guardadores de carro. O carreto feito por crianças e adolescentes dentro do centro de abastecimento é intenso nos dias de sábado e o carreto feito pelas crianças e adolescentes em frente ao Mercado Reve foi constatado todos os dias da semana.

Outra observação bastante importante que retrata a situação de vulnerabilidade, em que se encontram muitas famílias da cidade de Candeias é a presença expressiva de crianças muito pequenas no sábado nos ambientes que circundam o centro de abastecimento. Percebe-se que essas crianças não se encontravam em situação de trabalho infantil, mas que acompanham seus responsáveis, muito provavelmente por não terem com quem ficar em casa. Inclusive, os pontos de trabalho que se encontravam, eram caracterizados por serem móveis.

PLANO DE AÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM CANDEIAS

Ação	Objetivo	Local	Responsáveis	Parcerias
Realização do Mutirão Pró Criança	Identificar o trabalho infantil através do Mutirão do Cadastro Único na Feira livre e nos distritos destacados para o cadastramento das famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Feira livre e nos distritos	Cadastro Único	Secretaria de Assistência Social, Serviços: CREAS, Centro POP, CRAS
Realizar Seminário anual com o Sistema de Garantia de Direitos	Não naturalização do trabalho infantil em Candeias	Candeias. Local a definir	Secretaria de Assistência Social Coordenação da PSE e PSB.	Secretaria de Assistência Social, Serviços: CREAS, Centro POP, CRAS Sec. De Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esportes, Secretaria da Juventude e outras Justiça, MP, Segurança Pública.

<p>Criar, elaborar e executar uma Campanha Educativa no Município de forma contínua e permanente</p>	<p>Informar a população sobre os problemas do trabalho infantil e as vantagens da criança e adolescente estar na escola e em atividades socioeducativas</p>	<p>Nas ruas, rádios, outdoor, faixas, etc.</p>	<p>Secretaria de Assistência Social Coordenação da PSE e PSB.</p>	<p>Secretaria de Assistência Social, Serviços: CREAS, Centro POP, CRAS Sec. De Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esportes, Secretaria da Juventude e outras</p>
<p>Criar e executar a “Blitz da Brincadeira” na Feira Livre, sistematicamente.</p>	<p>Identificar as situações de trabalho infantil, encaminhar as famílias para o atendimento do CREAS</p>	<p>Feira Livre da sede– 01 vez por mês</p>	<p>Secretaria de Assistência Social Coordenação da PSE e PSB.</p>	<p>Secretaria de Assistência Social, Serviços: CREAS, Centro POP, CRAS Sec. De Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esportes, Secretaria da Juventude e outras</p>
<p>Criar e executar a “Ronda da Brincadeira” nos distritos e localidades rurais</p>	<p>Identificar as situações de trabalho infantil, nos distritos e encaminhar as famílias para o CREAS / CRAS.</p>	<p>Nos Distritos</p>	<p>Secretaria de Assistência Social Coordenação da PSE e PSB</p>	<p>Secretaria de Assistência Social, Serviços: CREAS, Centro POP, CRAS Sec. De Educação, Secretaria de Esportes, Secretaria da Juventude e outras</p>

Implantar o Serviço Especializado de Abordagem Social no CREAS com uma equipe de Educadores Sociais.	Desenvolver ações planejadas de escuta e construção de vínculo com pessoas e famílias em situação de rua com risco pessoal e social para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social.	CREAS e Centro POP CREAS e Centro POP	Secretaria de Assistência Social Coordenação da PSE	Secretaria de Assistência Social - Gestão
	Contratação e capacitação dos Educadores Sociais para o Serviço de Abordagem Social do CREAS			
Reordenar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Criar espaços para, no contraturno da Escola, crianças e adolescentes com inclusão de atendimento prioritário às crianças e adolescentes que foram identificados em situação de trabalho infantil.	CRAS e Centro de Convivência nos distritos	Secretaria de Assistência Social Coordenação da PSB	Secretaria de Assistência Social - Gestão
Realizar um Curso de Identificação e encaminhamento do Trabalho Infantil.	Realizar o Curso para Agentes de Saúde, os Agentes de Feira, os professores da rede pública e coordenadores pedagógicos.	Em Candeias. Local a definir	Secretaria de Assistência Social Coordenação da PSE e PSB	Secretaria de Assistência Social, Serviços: CREAS, Centro POP, CRAS Sec. De Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esportes, Secretaria da Juventude e outras
Estabelecer, por Decreto Municipal, o Fluxo de Identificação,	Servir como um instrumento de gestão elaborado para instruir as redes locais para o encaminhamento dos casos	Gabinete do Prefeito	Secretaria de Assistência Social Coordenação da	Secretaria de Assistência Social, Serviços: CREAS, Centro POP,

encaminhamento, atendimento e orientação a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.	identificados de trabalho infantil no município.		PSE e PSB	CRAS Sec. De Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esportes, Secretaria da Juventude e outras
Reordenar o Grupo Gestor do AEPETI	Estar de forma permanente e continuada discutindo e reavaliando as situações do trabalho infantil no Município de Candeias.	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social Coordenação da PSE	Sec. De Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Esportes, Secretaria da Juventude e outras

6. Referência Bibliográfica:

ALPINO, Tais Ariza; SENA, Aderita Ricarda Martins de; FREITAS, Carlos Machado de. **Desastres relacionados à seca e saúde coletiva – uma revisão da literatura científica.** *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 21, n. 3, p.809-820, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

BRASIL, Relatório do Programam Bolsa Família e Cadastro Único. <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>

BRASIL PNUD, Atlas dos Municípios. <https://www.undp.org/pt/brazil/atlas-dos-municipios>

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.**

IDAÑEZ, Maria José Aguillar e Ander-Egg, Ezequiel. **Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias.** REAPN, 2007, 3ª. Edição.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018.

JÚNIOR, F. R (org). **Conhecer para transformar : guia para diagnóstico e planejamento da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes.** São Paulo : Fundação Telefônica, 2011.

MOCELIN, C.E. **O Programa Bolsa Família enquanto enfrentamento à pobreza rural no contexto brasileiro atual.** In: XV Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unicruz. Universidade de Cruz Alta, novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.unicruz.edu.br>>. Acesso em 09 de julho de 2020.